



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARANDAÍ

LEI Nº 1.771/06

APROVA O PLANO DECENAL MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CARANDAÍ E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Povo do Município de Carandaí, por seus representantes na Câmara Municipal, APROVA, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aprovado o Plano Decenal Municipal de Educação de Carandaí, constante do documento anexo.

Art. 2º - O Município de Carandaí, através de Comissão Específica, a ser oficialmente constituída, procederá às avaliações periódicas da implementação do Plano Decenal Municipal de Educação.

Parágrafo único - A primeira avaliação realizar-se-á no segundo semestre do primeiro ano de vigência desta Lei. O Legislativo, por intermédio da Comissão de Educação, acompanhará a execução do Plano Decenal Municipal de Educação.

Art. 3º - O Executivo Municipal empenhar-se-á na divulgação deste Plano e na progressiva realização de seus objetivos e metas, para que a sociedade carandaiense o conheça amplamente e acompanhe sua implementação.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua Publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Mando, portanto, que as autoridades, a quem o conhecimento e execução desta Lei pertencer, que a cumpram e a façam cumprir, tão inteiramente como nela se contém.

Paço Municipal Presidente Tancredo Neves, 26 de maio de 2006.

Dr. Moacir Tostes de Oliveira
Prefeito Municipal

Milton Henriques Pereira
Superintendente Administrativo

Publicada no Saguão de Entrada do Paço Municipal Presidente Tancredo Neves, em mesmo dia, mês e ano de sua data. Carandaí, 25 de maio de 2006.

_____ Milton Henriques Pereira - Superintendente Administrativo.

CARANDAÍ - PMDE

CARANDAÍ - MINAS GERAIS

PLANO DECENAL MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2006-2015

CARANDAÍ - MINAS GERAIS

"PARA TORNAR-SE IMORTAL, É PRECISO FAZER PARTE DE ALGUMA HISTÓRIA, SEMEANDO O TRABALHO, CULTIVANDO A DEDICAÇÃO, O SONHO E A ESPERANÇA".

CARANDAÍ - MINAS GERAIS

Moacir Tostes de Oliveira
Prefeito Municipal

COMISSÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO responsável elaboração do PMDE, instituída pelo (a)
DECRETO de nº 1959 de 30 de junho 2005.

.Leci Conceição do Nascimento
Supervisora do Departamento Municipal de Educação

Rita de Cássia Gravina Teixeira
Representante do Poder legislativo

Ivani Marques
Representante do Sindicato dos Funcionários Públicos de Carandaí

Maria José Tavares Fernandes
Representante da Rede Estadual de Ensino

Maria Helena Tovo Puygcerver
Representante da Rede Municipal de Ensino

Viviana do Carmo Lisboa
Representante da Rede Particular de Ensino

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

I - INTRODUÇÃO

1.1 HISTÓRICO DO PLANO DECENAL DE EDUCAÇÃO DE CARANDAÍ

- 1.1.1 CONTEXTO NACIONAL
- 1.1.2 CONTEXTO ESTADUAL
- 1.1.3 CONTEXTO MUNICIPAL

1.2 PRESSUPOSTOS DO PLANO

- 1.2.1 PRESSUPOSTOS POLÍTICO-INSTITUCIONAIS
- 1.2.2 PRESSUPOSTOS CONCEITUAIS
- 1.2.3 PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS

1.3 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

- 1.3.1 SITUAÇÃO GEOGRÁFICA
- 1.3.2 ATIVIDADES ECONÔMICAS
- 1.3.3 HISTÓRICO DO MUNICÍPIO
- 1.3.4 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO

II- DESENVOLVIMENTO

2.1 DIAGNÓSTICO EDUCACIONAL DO MUNICÍPIO

- 2.1.1 EDUCAÇÃO INFANTIL
- 2.1.2 ENSINO FUNDAMENTAL - SÉRIES INICIAIS
- 2.1.3 ENSINO FUNDAMENTAL - SÉRIES FINAIS
- 2.1.4 ENSINO MÉDIO
- 2.1.5 ENSINO SUPERIOR
- 2.1.6 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
- 2.1.7 FORMAÇÃO PROFISSIONAL E EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA
- 2.1.8 EDUCAÇÃO ESPECIAL
- 2.1.9 FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO
- 2.1.10 FINANCIAMENTO E GESTÃO

III - MECANISMOS DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PMDE

IV - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

V - EQUIPE DE ELABORAÇÃO

VI- EQUIPE DE REDAÇÃO

APRESENTAÇÃO

Seguindo determinação do MEC, através da Lei nº 10.171/01, o município de Carandaí, através do Departamento Municipal de Educação apresenta o Plano Decenal Municipal de Educação proposto para o nosso município.

O Ministério de Educação e Cultura - MEC, além de vários órgãos ligados à Educação, como União Nacional dos Dirigentes Municipais - UNDIME, União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação - UNCME e Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF vem orientando e estimulando os municípios na elaboração do Plano Decenal de Educação - PDE para que, assim fazendo, seja organizado e fortalecido o sistema de ensino nacional.

Fruto de uma ampla discussão do poder público com toda a comunidade envolvendo diversos aspectos: Histórico, Demográfico, Socioeconômico, Cultural e, principalmente, educacional seja público ou privado, este Plano avalia, identifica problemas e propõem avanços no ensino no município.

Perfeitamente enquadrado no aspecto legal e à realidade do município este PDME permitirá que o projeto educacional não sofra alterações significativas de eventuais mudanças político-partidárias no município.

Com alegria apresento este Plano Decenal Municipal de Educação acreditando sempre que a educação não transforma a sociedade, mas esta não se transforma sem que passe pela educação.

Moacir Tostes de Oliveira
Prefeito Municipal

INTRODUÇÃO

1.1.HISTÓRICO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CARANDAÍ

Uma educação que seja eficiente, que ajude a formar cidadãos que sejam questionadores, coerentes, que saibam conviver com o diferente e com as diferenças, consciente de seu papel de agente transformador da sociedade é que todos nós educadores sonhamos.

E foi por acreditar que muitas vezes o sonho pode deixar de ser utopia e transformar-se em realidade que iniciamos a construção coletiva do Plano Decenal Municipal de Educação (PDME), em consonância com o Plano Nacional de Educação, em bases pactuadas Estado X Município.

Após termos tomada consciência e convicção da necessidade de se fazer o PDME foi criado provisoriamente a Comissão Municipal responsável pela elaboração do PDME. Em seguida iniciamos o trabalho de sensibilização da comunidade para o envolvimento com a construção do PDME. Faixas nas ruas, cartas às escolas, entrevista e propaganda na rádio local, FAMA FM, encontro com Diretores e entidades parceiras da educação. Assim ficou proposto a realização do " I Fórum Municipal de Educação".

- I Fórum Municipal de Educação

De 30/06/05 à 01/07/05, realizou-se em Carandaí, no Garças Clube, com o objetivo de iniciar os trabalhos do PDME.

O Fórum foi organizado pelo Departamento Municipal de educação, que contou com o trabalho de várias equipes antes e durante o evento. Participaram aproximadamente 500 pessoas. Estiveram presentes autoridades ligadas ao Executivo, Legislativo e a comunidade escolar, diretores, pedagogos, professores da rede municipal, estadual e particular; além de pais de alunos e alunos, auxiliares de serviços gerais representante de demais entidades ligadas à Educação. O Fórum teve como Mestre de cerimônia o professor Benedito Damasceno que transcorreu num clima de descontração, tranquilidade, alegria e responsabilidade. Após a explanação dos conferencistas convidados, o público participou ativamente com perguntas e sugestões. Como destaque da noite de quinta-feira ficou a experiência, idealismo das educadoras que atuam a longos anos na educação e que deram um novo ânimo para continuarmos o trabalho pela qualidade da educação. Na Sexta-feira finalizando o Fórum que passa a ser permanente, até a Conferência Municipal de Educação os delegados aprovaram a Comissão de coordenação do PDME e os integrantes das nove Câmaras setoriais que serão nomeados por Decreto Lei pelo Prefeito Municipal, que esteve presente ao longo do Fórum. Após o Fórum as Câmaras setoriais utilizaram vários instrumentos para chegar a um diagnóstico que mostrasse verdadeiramente nossa realidade.

De agosto a setembro aconteceram várias reuniões das Câmaras Setoriais, para elaborarem objetivos, metas e mecanismos de acompanhamento das propostas que elaboraram de acordo com o diagnóstico apresentado. Paralelamente, também se reunia a Equipe de Coordenação para condensar o trabalho, à medida que estes eram entregues pelas Câmaras de acordo com o cronograma proposto e aprovado por todos.

Assim realizou-se em 29/09/05 no quinto andar da Prefeitura Municipal de Carandaí, o II Fórum Municipal para apresentação e debate da versão preliminar do PDME, bem como incorporação das sugestões recebidas.

- Estiveram presentes 100 pessoas, sendo participantes componentes das Câmaras Setoriais, a Comissão de Coordenação do PDME, pais de alunos das escolas municipais, estaduais e particulares, diretores e coordenadores de escolas. O Fórum transcorreu de acordo com a pauta estabelecida com tranquilidade e ao longo dos debates foram sugeridas propostas a serem acrescentadas no PDME.

Seguindo o cronograma, passamos para a fase final deste, que foi a negociação com o Estado, representado neste ato pelo professor Mário Raimundo, Superintendente Regional de Ensino de Barbacena e o município pelo Prefeito Municipal Dr. Moacir Tostes de Oliveira e a Supervisora do Departamento Municipal de Educação, Professora Leci Conceição do Nascimento.

Feita às negociações com Estado e Município, realizada a Conferência Municipal, em 20/12/05 no 5º andar da Prefeitura, foi aprovada a redação final do PDME e encaminhado à egrégia Câmara Municipal para tramitação e aprovação da Lei e posterior sanção do Prefeito.

Ficam aqui grandes ensinamentos e destes concluímos que:
" Só se faz educação de qualidade com políticas-públicas condizentes com anseio e desejo da comunidade escolar".

Termo este breve relato histórico, agradecendo a " todos " que contribuíram para a realização deste Plano Decenal e lembremos sempre que " para torna-se imortal é preciso fazer parte de alguma história, semeando trabalho, cultivando a dedicação, sonho e a esperança".

Leci Conceição do Nascimento
Supervisora do Departamento Municipal de Educação

1.1.1 CONTEXTO NACIONAL

A instalação da República no Brasil e o surgimento das primeiras idéias de um plano que tratasse da educação para todo o território nacional aconteceram simultaneamente. À medida que o quadro social, político e econômico do início deste século se desdinhavam, a educação começava se impor como condição fundamental para o desenvolvimento do país. Havia grande preocupação com a instrução, nos seus diversos níveis e modalidades. Nas duas primeiras décadas, as várias reformas educacionais ajudaram no amadurecimento da percepção coletiva da educação como um problema nacional.

Em 1932, educadores e intelectuais brasileiros lançaram um manifesto ao povo e ao governo, que ficou conhecido como "Manifesto dos Pioneiros da Educação". Propunham a reconstrução educacional, "de grande alcance e de vastas proporções(...)um plano com sentido unitário e de bases científicas(...)". O documento teve grande repercussão e motivou uma campanha que resultou na inclusão de um artigo específico na Constituição Brasileira de 16 de julho de 1934 sobre a necessidade de elaboração de um Plano nacional de Educação.

Todas as constituições posteriores, com exceção da Carta de 1937, incorporaram, implícita ou explicitamente, esta idéia e havia, subjacente, o consenso que o plano deveria ser fixado por lei.

Esta idéia, entretanto, não se concretizou, apesar das iniciativas tomadas em 1962 e 1967. Somente com a Constituição Federal de 1988, cinquenta anos após a primeira iniciativa oficial, ressurgiu a idéia de um plano nacional de longo prazo, com força de lei, capaz de conferir estabilidade às iniciativas governamentais na área de educação.

Entre 1993 e 1994, após a Conferência Municipal de Educação em Jontiem, Tailândia, e por exigência de documentos resultantes desta conferência foi elaborado o Plano nacional de Educação para Todos, num amplo processo democrático coordenado pelo MEC. O plano foi aprovado no final do governo de Itamar Franco e esquecido pelo governo que o sucedeu.

Em 1996, é aprovada a segunda LDBEN - Lei 9.394/96, que insiste na necessidade de elaboração de uma plano nacional em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, com duração de dez anos, para reger a educação na Década da Educação. Estabelece, ainda, que a União encaminhe o plano ao Congresso Nacional, um ano após a publicação da citada lei, com diretrizes e metas para todos os níveis e modalidades de ensino.

Em fevereiro de 1998, chega a Câmara dos Deputados dois projetos de Lei visando a instituição do Plano Nacional de Educação: O Projeto Nº 4.155/98 apresentado pelo Deputado Ivan Valente e o Projeto Nº 4.173/98 apresentado pelo MEC.

Ao final de um longo processo de discussões, o relator da Comissão de Educação opta por redigir um substitutivo, incorporando as contribuições dos dois projetos, que em 14/12/2000 foi aprovado.

Em 09 de janeiro de 2001, o Presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou a Lei 10.172 que institui o Plano Nacional de Educação PNE, e que estabelece a obrigatoriedade dos estados e municípios elaborarem e submeterem à apreciação e aprovação do Poder Legislativo correspondente à proposta de um Plano Decenal próprio.

Quatro premissas orientaram a elaboração do PNE:

- 1 Educação como direito de todos;
- 2 Educação como fator de desenvolvimento social e econômico do país;

- 3 Redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e a permanência, com sucesso, na educação pública;
- 4 Democratização da gestão do ensino público nos estabelecimentos oficiais.

Os objetivos estabelecidos no Plano Nacional de Educação são:

- Elevação do nível de escolaridade da população
- Melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis e modalidades;
- Redução das desigualdades sociais e regionais;
- Democratização da gestão do ensino.

Considerando a escassez de recursos, o PNE/01 estabeleceu as seguintes prioridades:

- a) Garantia do Ensino Fundamental obrigatório de oito anos a todas as crianças de 7 a 14 anos.
- b) Garantia de Ensino Fundamental a todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria ou que não o concluíram.
- c) Ampliação do atendimento nos demais níveis de ensino: a Educação Infantil, o ensino Médio e a Educação Superior.
- d) Valorização dos profissionais da educação.
- e) Desenvolvimento do sistema de informação e de avaliação em todos os níveis e modalidades de ensino.

1.1.2 CONTEXTO ESTADUAL

Mais uma vez Minas faz a diferença. Embora a recomendação legal da LDB/96, no seu Art. 10 seja: "Os Estados incumbir-se-ão de (...) elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando suas ações e as dos Municípios", a Secretaria de Estado da Educação, em respeito à autonomia dos municípios, enquanto entes federados autônomos, e à política de Cooperação-Mútua - iniciada neste Estado na década de 90 - optou por sugerir, de comum acordo com a União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação, Seção MG - UNDIME/MG, um percurso crítico de planejamento, a partir de uma determinada filosofia de trabalho e de trilhas consideradas mais eficazes na construção democrática dos Planos Decenais de Educação de Minas Gerais.

Tal percurso pressupôs que os municípios traçassem ao mesmo tempo que o Estado e em ação articulada com o Plano Nacional (e Estadual de Educação), diretrizes e objetivos gerais para a Educação e, em ação autônoma, elaborassem, a partir de um amplo diagnóstico, os objetivos, metas e ações específicas que respondessem às expectativas de cada um dos seus níveis e modalidades de ensino.

Esta proposta representa o reflexo de idas e vindas de discussões entre os atores mais relevantes, envolvidos no processo, durante um tempo de pré-planejamento. Pode-se ainda dizer que ela espelha, um modo de se acreditar no planejamento como processo democrático, baseado no diálogo e na troca de experiências, a partir dos dados da realidade.

Seguindo essa orientação, e com o devido cuidado para que os Planos Municipais não corram o risco de ficar apenas no desejo, como tantos outros, a SEE/MG orientou os municípios mineiros, na elaboração dos respectivos planos.

Desse modo, Minas Gerais, Estado e municípios estão construindo em bases pactuadas e negociadas e em tempo único os respectivos Planos Decenais de Educação, de forma articulada com o Plano Nacional e de acordo com as demandas e vocação histórico sociais.

Os objetivos a serem contemplados pelo Plano Estadual de Educação - PEE/MG já se encontram explicitados no Art. 204 da Constituição Federal - CE/89 e são os seguintes:

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - melhoria da qualidade do ensino;
- IV - formação para o trabalho;
- V - promoção humanística, científica e tecnológica;

Além destes objetivos, a SEE já anunciou, através, inclusive, de políticas já implementadas, algumas das prioridades do PEE/MG. Entre elas:

- A racionalização e modernização da administração do sistema;
- A ampliação e a melhoria do Ensino Fundamental;
- A universalização e melhoria do Ensino Médio;
- A adequada atenção a Educação de Jovens e Adultos;
- A progressiva ampliação do tempo de permanência na escola;
- A redução das desigualdades sociais e regionais, no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública, com a promoção da equidade;
- A valorização e a formação continuada dos profissionais da educação;
- A democratização da gestão do ensino público;
- A manutenção de programas existentes e aprovados;
- A ouvidoria educacional;
- O fortalecimento do regime de colaboração entre Estado e os municípios.

1.1.3 CONTEXTO MUNICIPAL

Apesar da lei Orgânica do Município não tratar especificamente sobre o PMDE, em seu art. 21, estabelece que: "Ao Município, compete suplementar a legislação federal e a estadual, no que couber e naquilo que disser respeito as seu peculiar interesse."

Carandaí dedica-se a esta empreitada, comprometendo-se, dentro de seus limites - legais, financeiros, e técnicos - a cumprir as suas prioridades elencadas.

Os objetivos gerais do PMDE de Carandaí são os mesmos do Plano Nacional de Educação e seus objetivos específicos podem ser enunciados a partir dos desafios por ele colocados aos municípios:

- Ampliação do atendimento e promoção da equidade;
- Busca da eficiência, melhoria da qualidade da educação e valorização do magistério;
- Ampliação dos recursos e acompanhamento e controle social;
- Descentralização, autonomia da escola e participação da sociedade na gestão educacional.

Considerado o estágio de desenvolvimento em que se encontra Carandaí evidenciado pelo seu diagnóstico educacional, as expectativas da sua população e escassez de recursos apontamos como prioridades:

- 1- Melhorar o desempenho acadêmico em todos os níveis
- 2- Erradicar o analfabetismo
- 3-Valorizar profissionais da educação
- 5-Democratizar a gestão de ensino público
- 6- Universalizar a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio
- 7-Modernizar a Gestão de Sistema Municipal de Ensino
- 8- Racionalizar a oferta do transporte escolar no município

E os Parâmetros Norteadores de Negociação da cooperação Estado/Município:

PROPOSTAS	Previsão de implementação
1-Assistência pedagógica e material didático para a implementação do Ensino Fundamental de 9 anos.	2006
2- Garantia de construção de 1 quadra coberta em todos os municípios que não contam com nenhuma quadra coberta. OBS: 3 quadras cobertas: 2 são para os distritos de: Hermilo Alves e Pedra do Sino, outra para o bairro da Ponte Chave, escola que atende todo o ensino básico, além de ser uma região carente, com área de risco e grande população.	2006/2007
3-"Garantia de luz elétrica, água potável e esgoto sanitário em todas as escolas da rede estadual e municipal" OBS: Construção de um poço artesiano na Escola Municipal Padre Rubim, comunidade do Retiro do Baú.	2006

4- Garantia de habilitação de professores em Física, Química, Biologia e Matemática para o Ensino Médio e Ensino Fundamental, através do Veredas II, a partir do 2º semestre de 2006. Poderão fazer o vestibular: os professores efetivos do Estado para obter uma 2ª habilitação e candidatos ainda não habilitados que pretendam ingressar na rede pública de ensino.	2006
5- Universalização do Ensino Médio, garantindo as vagas para todos os egressos do Ensino Fundamental	2006
6- Oferta de disciplinas de qualificação básica para trabalho, na parte diversificada do currículo do Ensino Médio	2007
7- Instalação de Centro de Referência Virtual do Professor (CRV), para apoio e orientação aos educadores, a ser acessado gratuitamente pelos profissionais das redes estadual e municipal (a partir de outubro de 2005). A "senha" será fornecida pela SRE aos municípios que manifestarem o seu interesse.	2006
8- Investimento da SEE em recursos didáticos e acervos das bibliotecas escolares da rede estadual de ensino.	2006/2007
9- Implantação de escolas inclusivas na rede estadual e apoio didático-pedagógico aos municípios que quiserem implantar sua própria rede.	2006
10- Parceria com os municípios na implantação do tempo integral para alunos das escolas Estaduais e Municipais através de ações conjuntas. Ex: aproveitamento de professores excedentes do Estado, repasse de merenda e material didático, utilização dos espaços existentes no município, seja municipal ou estadual OBS: Implantar gradativamente a partir de 2007	2007
12- Realização do Programa de Avaliação Sistemática, aberto aos municípios que manifestarem interesse em aderir, sem ônus para o município.	2006
13- Parceria para garantir a continuidade de estudos para alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA). OBS: Abrir turmas da EJA na E.E. Gentil Pereira Lima (Distrito de Pedra do Sino) Formação continuada para os professores da EJA a ser negociada com a SEE Merenda para os alunos, a ser negociada com a SEE	2006

Como se percebe este Plano não é um plano do Departamento Municipal de Educação para a rede municipal. Os objetivos e metas que nele estão fixados são objetivos e metas dos cidadãos e das organizações da sociedade civil existentes no município e dizem respeito à educação de Carandaí, em todos os seus níveis e modalidades de ensino e, não apenas aqueles referentes a sua responsabilidade constitucional de oferta.

Este é, portanto, um plano de Estado, razão pela qual transcende o atual governo e tem a expectativa de que os próximos governantes cumpram com os compromissos aqui expressos que, sem dúvida, explicitam a vontade de seus cidadãos.

Ao ser instituído por lei municipal, este PMDE terá as melhores chances políticas de uma boa execução. Chances essas que serão ampliadas e melhor asseguradas pela criação de uma comissão externa para o seu permanente acompanhamento e avaliação.

Neste plano, Carandaí estará fazendo o diagnóstico e traçando objetivos e metas referentes aos seguintes tópicos:

- **Educação Infantil;**
- **Ensino Fundamental;**
- **Ensino Médio;**
- **Educação Superior;**
- **Educação de Jovens e Adultos;**
- **Educação Especial;**
- **Ensino Profissionalizante;**
- **Formação e Valorização do Magistério da Educação Básica;**
- **Financiamento e Gestão.**

1.2. PRESSUPOSTOS DO PLANO DECENAL MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

1.2.1. PRESSUPOSTOS POLÍTICOS-INSTITUCIONAIS

Os marcos políticos-institucionais responsáveis pela criação do Plano Decenal Municipal de Educação - PDME são:

- A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 - CF/88 - estabelece no se Art.214 "Fixação, por lei, de um Plano Nacional de Educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do poder público".
- A LEI DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL - LDB/96 - estabelece no seu Art. 9º: "A União incumbir-se-á de elaborar o Plano nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios". Art. 10º "Os Estados incumbir-se-ão de (...) elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos municípios".
- A CONSTITUIÇÃO ESTADUAL MG/89 no seu Art. 204 estabelece: "O plano estadual de educação, de duração plurianual, visará à articulação e o desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, à integração das ações do Poder Público e à adaptação ao plano nacional".
- A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CARANDAÍ que no seu Art. 21 prescreve: "Ao Município, compete complementar a legislação federal e a estadual, no que couber e naquilo que disser respeito a seu peculiar interesse".
- A LEI FEDERAL 10.172/01 QUE INSTITUI O PNE fez um diagnóstico, dispôs sobre diretrizes, objetivos e metas sobre os seguintes temas:
 - Gestão e o financiamento da educação;
 - Níveis e modalidades de ensino;
 - Formação e valorização do magistério e demais profissionais da educação.

Na sua última seção, o PNE dispõe: "será preciso, de imediato, iniciar a elaboração dos planos estaduais em consonância com este Plano Nacional e, em seguida, dos planos municipais, também coerentes com o plano do respectivo Estado. Os três documentos deverão compor um conjunto integrado e articulado, integrado quanto aos objetivos, prioridades, diretrizes e metas aqui estabelecidas. E articulado nas ações".

- COMPROMISSOS INTERNACIONAIS. Além dos instrumentos legais nacionais, ainda constituem pressupostos político-institucionais do PMDE, os compromissos internacionais firmados pelo Brasil mais diretamente relacionados à educação, que são os seguintes:
 - a) Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jontiem na Tailândia em 1990
 - b) Declaração de Cochabamba, dos ministros de educação da América Latina e Caribe, sobre Educação para todos (2000)
 - c) Conferência de Dacar sobre Educação para Todos, promovida pela UNESCO, em maio de 2000.
- Finalmente, constitui marco político-institucional do Município de Carandaí, o Decreto Municipal nº 1959 de 30 de junho de 2005, que nomeia os membros da COMISSÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, responsáveis pela elaboração do Plano Decenal do Município, o que demonstra o avanço da postura democrática do município, em relação à construção das suas políticas públicas.

1.2.2 CONCEITUAIS

Educar é tarefa que pressupõe concepções estruturadas e explícitas de homem, mundo, sociedade escolar, relação professor-aluno, método, teoria pedagógica, didática e avaliação.

Neste PDME, o que se busca é deixar claro, embora em síntese, concepções que estarão sedimentando comportamentos político-administrativos e político-pedagógicos na construção da política educacional do Município de Carandaí.

Tendo como ideais e sonhos:

- Educação de qualidade para o Município, observando duas dimensões: aquisição de conhecimento e transmissão de conhecimentos com valores éticos;
- Profissionais da Educação valorizados com trabalho;
- Erradicação do analfabetismo no município;

1.2.3 PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS

O que se desenvolveu até aqui, aponta a vontade política da atual administração, com vistas a um planejamento democrático dessa função de governo.

Sem se restringir a uma atitude técnico-burocrática, o Plano Municipal Decenal de Educação de Carandaí, para o período 2006-2015 construído numa perspectiva democrática de planejamento compreendeu:

Etapas/Atividades	Período
	2005
	Data
1- Criação da Comissão Municipal responsável pela elaboração do PME	30/06/05 e 01/07/05
2- Sensibilização da Comunidade para o compromisso e envolvimento com a construção do PME.	
3- Realização da primeira reunião da Comissão de elaboração do Plano	
4- Lançamento oficial do Plano	
5- Redigir e aprovar a introdução do PME	03/08/05
6- Elaborar o Diagnóstico Educacional do Município	Até 25/08/05
7- Reunião da Equipe de Coordenação para condensar o Diagnóstico	26/08/05
8-Elaborar os objetivos e metas do PME	Até 14/09/05
9-Definir e redigir os mecanismos de acompanhamento de avaliação do PME	
10- Entregar objetivos e metas/mecanismos de acompanhamento no Departamento Municipal de Educação para equipe de coordenação	16/09/05
11-Redação preliminar do PME	Até 22/09/05
12- Debate da versão preliminar do PME com a comunidade	29/09/05
13- Decidir sobre a incorporação das sugestões recebidas	Até 30/09/05
14- Negociação com o Estado	Até 22/11/05
15- Realização da Conferência Municipal de Educação	20/12/05
16- Redação final do PME	Até 21/12/05
17- Tramitação e aprovação da Lei do PME e sanção pelo Prefeito	Até 22 de março de 2006
18- Implementação, acompanhamento e avaliação do PME	A partir de março de 2006

1.3 - CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

1.3.1 - ESTUDO GEOGRÁFICO E DEMOGRÁFICO

Localização geográfica

Com uma área de 497 Km², o município de Carandaí está localizado às margens da BR 040, entre Juiz de Fora e Belo Horizonte, ao sopé da Serra da Mantiqueira e a uma altitude média de 1057,5 m acima do nível do mar. Pertence à micro região geográfica de Barbacena e anexo à região geográfica de Campos das Vertentes.

Sua localização é 20°57'10" de latitude sul e 43°48'30" de longitude oeste. Geograficamente, Carandaí faz parte da Região Centro - Sul de Minas Gerais.

Municípios que fazem limites com Carandaí:

- Limites ao norte: Cristiano Ottoni, Casa Grande e Caranaíba
- Limites ao sul: Ressaquinha e Barbacena
- Limites ao leste: Capela Nova e Senhora dos Remédios
- Limites ao oeste: Lagoa Dourada e Prados
- Limites ao Nordeste: Dores de Campos

Distâncias entre as principais capitais:

- Belo Horizonte: 137 Km
- São Paulo: 550 Km
- Vitória: 575 Km

- Rio de Janeiro: 306 Km
- Brasília: 942 Km

Principais rodovias que servem ao município:

- BR 040 e MG 275

Relevo:

Topografia	%
Plano	5
Ondulado	45
Montanhoso	50

Hidrografia:

Principais rios: Rio carandaí (nasce na localidade do Campestre); Córrego do Mineiro.

- Bacia: Bacia do Rio Grande

- Outros rios: Rio Piranga, Córrego Souza, Córrego do Convento, Córrego do Capote, Córrego Vargem da Pedra, Córrego do Ibaté, Córrego do Caetano, Córrego Chácara, Córrego da Borda, Córrego Cachoeira, Córrego Cruz das Almas, Córrego Capão do Porcos, Córrego da Vendinha, Córrego Ribeirão Papagaio, Córrego Pedra do Sino, Córrego do Café, Córrego Taquaruçu, Córrego Bebe Água.

Vegetação:

Em sua vegetação predomina o latossolo vermelho/amarelo, com predominância de campo.

Clima:

Tropical de altitude com temperatura média variando entre 9°C (mínima) e 33°C (máxima).

Cultura:

- Nas manifestações culturais, destacam-se o carnaval, as festividades religiosas como: Semana Santa, Jubileu de Santana, Festa de Nossa Senhora da Glória (Ressaca), entre outras.
- Corporação Musical de Santa Cecília.

Dados Complementares:

- Comunicação

- 1 - Telefonia: Telemig Celular, Telemar,Oi
- 2- Rádio Fama FM 88,5
- 3- TV Panorama
- 4- O Portal

1.3.2 - ATIVIDADES ECONÔMICAS

-Índices econômicos:Índice do FPM - 1,2
Índice do ICMS - 0,13778047

- Seu forte é a horticultura, predominantemente a olericultura, com destaque para: cenoura, repolho, tomate, beterraba, batata inglesa, etc, conforme dados a seguir:

MERCADO: CEASA - MG E CEASA RJ

PERÍODO: JANEIRO 2004 A DEZEMBRO 2004

Produto	Tonelada/Ano
Cenoura	13.664
Repolho	12.398
Batata lisa	10.315
Tomate	08.561
Beterraba s/folha	07.430
Abóbora Ital.	01.347
Pimentão	796

Couve-flor	693
Abóbora menina	235
Mandioquinha	211
outros produtos (*)	01.564
PRODUÇÃO TOTAL	57.214

(*) Outros produtos: inhame, vagem, pepino, batata doce, nabo, quiabo, berinjela, moranga híbrida, chuchu, milho verde etc.

- São, aproximadamente, 2.300ha de área plantada no sistema de rotação, com diversas variedades. Tudo se deve ao dinamismo dos produtores rurais aliados a tecnologia de produção. Investimentos, profissionalização do setor, boas condições de clima, mão de obra especializada, qualidade dos produtos, que fazem de Carandaí o Celeiro de Minas.

- Bovinocultura de leite:

Produtores: 457

Produção anual leite/1000: 2.880

Números de cabeças bovinas: 11.607

- Fábricas

CITALCO- Mineração Indústria de Talco

Fábrica de Cimento TUPI S.A.

População:

De acordo com o censo 2002, Carandaí apurou 21.057 habitantes, assim distribuídos:

- Sexo masculino: 10.527

- Sexo feminino: 10.508

- População urbana: 15.781

- População rural: 5.276

- Número de eleitores: 16.114

População dos povoados e comunidades:

Acampamento: 776	Hermilo Alves: 1.294
Bom Jardim: 103	Matinada: 458
Barbatimão: 78	Moreiras: 931
Campestre: 555	Palmeiras e Convento: 331
Capote/Jacu: 365	Pedra do Sino: 1.714
Chuí: 116	Palmito: 42
Corte de Pedra: 293	Periquito/Taboleiro: 83
Chácara: 112	Ponte Chave: 1.806
Cachoeirinha: 156	Ressaca: 362
Córrego da Brígida: 417	Santa Cecília: 297
Dombe: 362	Souza: 83
Gerais: 156	Três Pontes: 62

Educação:

O Departamento Municipal de Educação, com sede no 3º andar da Prefeitura Municipal de Carandaí, sob a coordenação da Srta. Leci Conceição do Nascimento, possui 25 escolas e um total de 3.005 alunos em toda a rede municipal. Entre essas escolas destaca-se a Educação Infantil, o Ensino Fundamental de 1ª a 8ª séries, e o Ensino Profissionalizante.

A Educação em Carandaí, ainda conta com alunos da rede estadual (03 escolas) e da rede particular (03 escolas), e uma Faculdade de Educação e Estudos Sociais de Carandaí, Curso Normal Superior, e a APAE.

Saneamento Básico:

- Água tratada: COPASA

- Rede de esgoto: total

- Coleta de lixo: total

- Energia Elétrica: CEMIG

Agência de Correios e telégrafos

Instituições Financeiras:

- Banco do Brasil S/A
- Caixa Econômica Federal
- Banco Itaú
- Banco Postal

Hotelaria:

- Hotel Brasil
- Hotel Xuá
- Hotel Carajás
- Hotel Fazenda Pedra do Sino
- Hotel Fazenda Estalagem
- Hotel Fazenda Estrada Real

Clubes e Serviços:

- Lions Clube de Carandaí
- Clube da Melhor Idade
- Clube do Cavalo
- CDL Carandaí
- Rotary Clube de Carandaí

Associações e Sindicato:

- Sindicato Rural Patronal
- EMATER
- IMA - Instituto Mineiro Agropecuário
- Sindicato dos Servidores Públicos
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais
- Associação Comunitária dos Bairros e Distritos
- Associação rural

Lazer:

- Garças Clube de Carandaí
- Academias: Espaço do Corpo, Bela Chica e Corpore

Esporte:

- Carandaí Esporte Clube (time de futebol)
- Esporte Clube Social (time de futebol)
- América Futebol Clube (time de futebol - bairro Crespo)
- Botafogo (time de futebol - bairro Caolim)
- Milionário (time de futebol - bairro Ponte Chave)
- Cinco Estrelas (time de futebol - bairro Matinada)
- Nacional (time de futebol - bairro Acampamento)
- Sete Estrelas (time de futebol - bairro Acampamento)
- Sete de Setembro (time de futebol - bairro Ponte Chave)
- Clombe (time de futebol - Comunidade do Dombe)
- Internacional (time de futebol - bairro Ponte Chave)
- Vila Nova (time de futebol - bairro Santa Cecília)
- Manchester (time de futebol - Distrito de Pedra do Sino)

Futsal

(Equipes Oficiais)

- Garças Clube
- América (Bairro do Crespo)
- Vale Verde (Bairro Vale Verde)
- Nacional (Bairro Acampamento)

(Equipes Não Oficiais)

- Sharks
- Trash
- Olímpicos
- Arsenal

- BAC

Escolinhas

ECAF: Escolinha Carandaiense de Futsal (masculino e feminino)

ECAF: Escolinha Carandaiense de Futebol (Bairro Santa Cecília)

Escolinha de Futebol Esporte Clube Social

Escolinha de Vôlei Feminino

Equipe de Handebol - Escola Querubins

Equipe de Handebol - Escola Abelard Pereira

- Ginásio Poliesportivo "Jamersom Rodrigues Pereira"

- Capoeira

- Liga Desportiva de Carandaí

Segurança Pública:

- 5º Batalhão da 61ª Cia. de Polícia

- Delegacia de Polícia Civil

Administração Municipal:

Poder Executivo:

- Prefeito: Moacir Tostes de Oliveira

- Vice-Prefeito: Mário do livramento Rodrigues Pereira

- Departamento de Saúde: Luís Paulo Gonçalves

- Departamento de Educação: Leci Conceição do Nascimento

- Tesouraria: José Antônio Vitoreti

- Assessoria Jurídica: Leandro Augusto Pinto Abdalla e Ricardo Vanderlei Silva

Poder Legislativo:

Israel Luiz Baeta Alves de Sousa - Presidente da Câmara	
Rita de Cássia Gravina Teixeira	Cor Jesus Moreno
Clairton Dutra Costa Vieira	Osmar Severino de Souza
Francisco Eustáquio Teixeira	
José Pedro Vitoretti	
Luis Antônio da Silva	
Maria das Dores e Silva Carvalho	

Poder Judiciário:

A Comarca de Carandaí, é composta pelos municípios de Carandaí, Capela Nova e Caranaíba e a sede é o Fórum Barão de Santa Cecília, situado à Praça Barão de Santa Cecília, nº 13 - Centro - Carandaí MG

- Juiz de Direito: Dr. Ernani Barbosa Neves

- Promotor de Justiça: Dr. Rodrigo Silveira Protásio

- Defensores Públicos: Dr. Flávio Luis Pinto de Vasconcelos e Dr. Ricardo de Sousa Barbosa

Saúde:

Carandaí vive uma fase onde o objetivo principal é fazer saúde e não apenas cuidar de doenças. Conta com:

01 Hospital (Santana)	01 casa para gestante
- CESAM	Programa Dose Certa
01 Farmácia Básica	Saúde Bucal (Sorria Carandaí)
08 Postos de Saúde	PACS

1.3.3 - HISTÓRICO DO MUNICÍPIO

Carandaí, ou rio dos Carandás em vernáculo, espécie de Palmeira D'Água, não figura no mapa do Pe. Cocleo de 1700, que assinala o atual território com alguns sítios isolados e poucas moradias.

Em 1726 um alvará régio, exigiu a ermida de Nossa Senhora das Dores de Carandaí (propriedade particular de um sitiante chamado Manoel Gonçalves Viana), cujos vestiários permaneceram numa Capela deste título dentro da sede do município, hoje completamente inexistente.

Constam em registros que datam ano de 1736, a primeira capela de madeira, sob invocação de São Brás na localidade da Ressaca. Essa localidade hoje pertence ao município, já era ponto de encontro de tropeiros e diligências que se dirigiam a Vila Rica de Ouro Preto, portanto, apresentando características de um povoado, anterior ao povoado que originou a sede do município.

Em 1842, a Capela foi elevada a categoria de Capela pública e a padroeira passou a ser Nossa Senhora da Glória.

O povoado de Carandaí, surgiu bem mais tarde. Sabendo do projeto imperial da construção de ferrovia ligando a capital de Minas Gerais ao Rio de Janeiro, o senhor Francisco Rodrigues Pereira de Queirós, Barão de Santa Cecília - Título Imperial 17-07-1874, adquiriu terras na região, num local chamado "Morro", onde construiu uma Igreja de dois sobrados, iniciando um núcleo urbano que é a atual sede do município de Carandaí, ligado ao povoado da Ressaca por um por um trecho da Estrada Real.

Em 1872, a localidade da Ressaca foi elevada a categoria de freguesia com o nome de Santana da Ressaca, devido à troca da titularidade da padroeira de "Nossa Senhora da Glória" para "Santana". Quatro anos mais tarde transferiu-se a sede da freguesia para a localidade de "Morro", propriedade do Barão de Santa Cecília, recebendo o nome de Santana de Carandaí, pela Lei 2325 de 12 de julho de 1876, continuando integrada ao município de Barbacena.

Em 28 de outubro de 1881 inaugurou-se a Estação da Estrada de Ferro Pedro II, depois chamada Estrada de Ferro Central do Brasil.

O ramal ferroviário que rumava a Ouro Preto esteve ali parado por oito anos, enquanto se construía um pontilhão sobre o Rio Carandaí. Desta maneira o povoado ficou sendo o final do ramal por longo tempo, fazendo com que os viajantes que se destinavam à capital da província, desembarcassem para continuar a viagem por outros meios, isto foi um grande impulso para o crescimento do povoado.

A Lei 843 de 7 de setembro de 1923, simplificando o nome, criou o município de Carandaí, desmembrando-o de Barbacena.

Em 27 de abril de 1924, foi instalado o município.

Carandaí tem como sua padroeira Nossa Senhora Sant'Ana.

Política

Assim que emancipado, o município teve seu o seu primeiro prefeito nomeado, Dr. Rubem do Vale Amado, que exerceu seu mandato em abril de 1924 até maio de 1927 tendo como vice Dr. Abeilard Rodrigues Pereira Filho, ilustre médico local. A política Carandaiense foi tão dominada pelas pequenas oligarquias locais, representadas pelas famílias Rodrigues Pereira e Pereira Baeta, aparentadas entre si. Os líderes destas famílias, em princípio aliadas políticas, eram respectivamente por Dr. Abeilard Rodrigues Pereira Filho e Benjamim pereira Baeta. Ambos seguiam politicamente a liderança da família Bonifácio Andrade de Barbacena. Com a emancipação, os principais cargos públicos recém-criados foram divididos entre familiares e amigos dessas lideranças. Em 1928 Dr. Abeilard foi eleito pelo PP Prefeito Municipal, sucedendo seu sogro Dr. Luiz Rodrigues Pereira, que assumira em maio de 1927 e falecera durante seu mandato, em dezembro do mesmo.

O fato político importante ocorrido neste mandato foi a Revolução de 1930, quando, bem próximo ao município houve um conflito armado entre tropas de voluntários revoltosos, vindos de Barbacena e tropas do 10º Batalhão de Ouro Preto, fiéis ao governo de Washington Luiz. Os barbacenenses se instalaram no pontilhão da Ferrovia Dom Pedro II para impedir que as tropas governistas atacassem a sua cidade, cujas as lideranças apoiavam Getúlio Vargas. O confronto ocorrido no final de outubro, não teve maiores proporções porque o 10º Batalhão rendeu-se, mas causou muito tumulto na cidade provocando a saída dos moradores para zona rural temendo maiores conseqüências.

Com a subida do Dr. Getúlio Vargas ao poder, o Dr. Abeilard foi mantido no cargo de Prefeito até 1945, portanto, por 17 anos. Esse período foi marcado por uma divisão das famílias Rodrigues Pereira e Pereira Baeta que já não conciliavam mais seus

interesses políticos. Iniciou-se no município uma bi-polarização política muito acirrada, com reflexos nas áreas: social, econômica e cultural. Os moradores ficaram divididos sob a influência das duas famílias. Foi um período conturbado por trocas de acusações. A mais grave está relatada no livro "O Caso de Carandaí". Trata-se de uma carta denúncia feita pelo Juiz da Comarca Dr. Osvaldo José Abritta ao interventor do Estado Dr. Benedito Valadares contra o Sr. Prefeito. Ele e seus correligionários eram acusados de várias retaliações contra seus opositores. A denúncia mais grave seria o fato do sr. Prefeito mandar o Comandante do Destacamento Policial local Tenente Montalvão, aplicar surras e remédios purgativos aos seus críticos e desafetos. Entretanto, o Governo estadual pouco aprofundou as investigações.

Com o fim do Governo Vargas em 1945 e a reorganização partidária promovida pelo general Eurico Gaspar Dutra, as oligarquias locais se separaram definitivamente. Os Rodrigues Pereira filiaram-se à UDN e os Pereira Baeta filiaram-se ao PSD. No âmbito Estadual os udenistas seguiam a orientação política da família Bonifácio Andrada e os pessedistas a família Bias Fortes, ambas da cidade vizinha de Barbacena. Em 1946 as eleições levaram a vitória o Sr. Benjamim Pereira Baeta, Sr. Bijute, como era conhecido. A hegemonia política da família Pereira Baeta iniciada nesta eleição, durou até 1982. Membros e amigos desta família sucederam-se no poder interrompidos apenas entre os anos 59 e 63, quando a UDN elegeu novamente Dr. Abeilard. No período de Governo Militares a UDN e o PSD mascararam-se na sub-legendas Arena I e Arena II. A bi-polarização política permaneceu cada vez mais acirrada. Só 1983 novas lideranças conseguiram romper os ciclos familiares que se alternavam no poder.

Religião

É de se destacar também, que nas décadas de 40 e 50 os vigários católicos da cidade exerceram grande influência política apoiando candidatos vitoriosos. Ressaltaram-se os nomes dos padres Randolpho Henriques e de José Duarte de Souza. A influência do primeiro encerrou-se com seu falecimento em 1947 e o segundo quando o Distrito de Capela Nova emancipou-se em 1961, ficando o sacerdote militando politicamente no novo município emancipado, no qual era o vigário.

Economia

Desde a sua criação, a freguesia Sant'Ana de Carandaí apresentou forte vocação agrícola. A chegada da Ferrovia Dom Pedro II reforçou esta tendência e estimulou um pequeno comércio local, já que, por 8 anos ficou aqui parada para a construção do Pontilhão sobre o Rio Carandaí.

Considerada estação de primeira categoria, era parada obrigatória de todas as composições e ponto de embarque de passageiros para o Rio de Janeiro (capital federal da época) e Belo Horizonte vindos de diversas cidades das redondezas.

Aqui se carregavam também produtos agrícolas, laticínios, ovos e aves que abasteciam outras cidades. Funcionavam em Carandaí fábricas de laticínios, que ajudavam a sustentar a economia municipal. Entre elas a carandaí Comércio e Indústria, proprietária da Fábrica de queijos e manteiga "Garça" em cujos terrenos está até hoje localizado o Bairro da Garça, importante núcleo residencial da cidade. Outra indústria de laticínios foi a "Estrela Matutina", originalmente pertencente à família do capitão Policarpo Rocha e vendida ao imigrante português Germano Nogueira, grande comerciante local. Esta fábrica notabilizou pela fabricação de manteiga e doce de leite, sendo fornecedora da marinha brasileira.

O extrativismo mineral, também se fez presente com o crescimento econômico do município através da Citalco (Companhia Industrial de Talco) que explorava pedra-sabão e foi fornecedora das pastilhas de pedra-sabão que revestem o Cristo Redentor do Rio de Janeiro. Também no Município funcionavam extrações de calcário que era aqui beneficiado em indústrias familiares conhecidas como Caieiras. A mais importante delas pertenceu à firma "Irmãos Pereira Baeta", e funcionava no povoado de Herculano Pena. Esta firma administrativa além da caieira, fazendas, e seus proprietários eram os mesmos da Fábrica de Manteiga Garça. No distrito de Pedra do Sino as pedreiras de calcário também foram exploradas pela Companhia do Vale do Paraíba para serem beneficiadas em Volta Redonda. No final da década de 60 e início dos anos 70 as caieiras foram fechadas, assim como as fábricas de laticínios citadas. A Vale do Paraíba encerrou suas atividades dando lugar a atual Fábrica de

Cimento Tupi, localizada no Distrito de Pedra do Sino, onde a proximidade da jazida da ferrovia e rodovia (BR 040) viabilizou a instalação da fábrica, que é uma das maiores fontes de renda do município.

Mas a grande vocação carandaiense é a agricultura. O declínio do transporte ferroviário foi compensado pela inauguração da BR 040. Carandaí continua neste início do novo século, o grande abastecedor de produtos agrícolas (olerícolas) de Belo Horizonte e também do Rio de Janeiro. Considera-se ainda, que entre as décadas de 40 e 60 migraram para o município famílias italianas e japonesas que trouxeram modernidade, produtividade e novo incentivo às lavouras. Os produtos agrícolas tornaram-se mais diversificados e introduziu-se também o cultivo da floricultura. O município também continua a investir na produção de leite e derivados, contando também com novas fábricas de laticínios.

Cultura

A história cultural do município é muito ligada as arte da música e fortemente marcada pela divisão dos seus habitantes. Registra-se em 1900 a fundação da 1ª banda de Música do município, a Corporação Musical Santa Cecília. Na década de 40 os acontecimentos políticos locais e a reorganização partidária que criou o PSD e a UDN culminaram na fundação da Banda Santa Terezinha. Como se pode notar cada uma delas tomou um aspecto partidário. A Santa Cecília ligada à UDN e a família Rodrigues Pereira e Santa Terezinha ao PSD e à família Pereira Baeta. Foram corporações de grande valor artístico e cada uma delas contava com uma orquestra para atos litúrgicos da Semana Santa e outros eventos religiosos. A rivalidade era tanto que a igreja criou uma escala que contemplava alternadamente as Bandas e Orquestras em suas festividades. As famílias líderes das facções políticas, que eram também poderosas economicamente, atraíram para Carandaí músicos, maestros, cantores para enriquecerem os quadros das Bandas e Orquestras em troca de empregos públicos ou em suas empresas. A animosidade entre as Orquestras começou a prejudicar o trabalho da Igreja e obrigou o Padre Avelino Marques Canuto, no final da década de 50 a unificá-las sob uma nova liderança, independente de pontos políticos com novos membros. A nova orquestra formada "Mater Amabilis" encerrou seus trabalhos no início dos anos 70 devida á grande renovação da liturgia da Igreja. As Bandas permaneceram devido ao seu caráter para-liturgico, porém, no início dos anos 60 a Santa Terezinha passou a denominar-se Sant'Ana e na década seguinte encerrou suas atividades. A banda Santa Cecília, hoje centenária, permanece baluarte nos eventos cívicos e religiosos municipais. Carandaí possui também dois grupos de congados dedicados à Santa Efigênia e Nossa Senhora do Rosário que se exibem anualmente em setembro e outubro respectivamente. A Folia de Reis também faz parte da cultura.

O município congrega vários artesãos que se reúnem periodicamente para a realização de feiras. Destacam-se no artesanato em fibras de bananeiras, entalhe em madeira, bordados, crivo, ponto cruz, vagonite e similares. Também há pinturas de óleo e acrílico sobre tela.

A cidade comemora com entusiasmo os atos externos da Semana Santa e o Jubileu de sua Padroeira Sant'Ana, no mês de julho. Outras festas populares são: O Dia da Cidade - 27 de abril - O Carnaval, as Festa Juninas e Exposições Agrícolas - mês de setembro, Festa do Cavalo _ Julho, Festa de Nossa Senhora da Glória - 15 de agosto.

Do modesto "Rancho Grandai", dos cientistas europeus dos séculos passados, Carandaí se transformou em respeitável cidade a meio caminho de Barbacena e Conselheiro Lafaiete.

1.3.4 - HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO

Década de 10

O primeiro estabelecimento de ensino foi o grupo Escolar "Bias Fortes" fundado em 1914 pelo Cônego José Pedro Cota.

Década de 40

1948 - No período já existiam as atividades educacionais municipais na Zona Rural, mas a Prefeitura não dispunha de uma organização específica para as funções, de

tal modo que, para o período, os projetos educacionais e pedagógicos se desenvolviam pelo esforço individual e abnegado das professoras da época, cabendo ao prefeito a tarefa de manter a infra-estrutura necessária de recursos para o funcionamento escolar.

Década de 50

Criação do Ginásio Municipal de Carandaí por iniciativa do então jovem Deputado e Professor Sebastião Patrus de Souza, que possibilitou aos adolescentes da cidade a partir de 1950, com internato e externato, estudaram após o término do curso primário, estando hoje, muitos deles com seus netos.

Era uma educação de qualidade graças ao idealismo e dedicação dos professores, orientados por um bom Programa de Ensino. Em outros aspectos, a situação era precária, pois não contávamos com assistência financeira, técnica e pedagógica. Eram grandes os problemas existentes:

- A diretora sofria forte influência da política municipal em seu trabalho;
 - O contato com o Inspetor Escolar em Juiz de Fora e a Secretaria de Educação em Belo Horizonte era difícil pela deficiência dos meios de comunicação e transporte;
 - Os professores habilitados eram em pequeno número e não existiam especialistas em educação;
 - Não haviam recursos financeiros e didáticos, merenda e material escolar;
 - Os professores recebiam pouco e com atraso de até nove meses;
 - Funcionavam classes fora do estabelecimento de ensino, por falta de espaço.
- Ao longo dos anos, muitos acontecimentos contribuíram, sem dúvida alguma, para o progresso da educação em nosso município;
- Chegada de uma Diretora técnica de Belo Horizonte para a escola Bias Fortes, na década de sessenta;
 - Criação da Inspeção Seccional de Ensino de Barbacena;
 - Melhoria dos salários e forma de pagamento do magistério;
 - Criação da Delegacia Regional de Ensino de Barbacena;
 - Instalação da Escola Deputado Abelard Pereira;
 - Funcionamento das Instituições escolares;
 - Criação do Curso de Magistério em Carandaí;
 - Chegada de especialista para trabalharem na área de Ensino;
 - Instalação da Escola Deputado Sebastião Patrus de Sousa;
 - Criação de classes de Ensino Especial.

Com os fatores de progresso acima relacionados, as deficiências foram aos poucos sendo sanadas e a educação no nosso município continuou seu caminho, recebendo contribuições valiosas em seu trajeto para se tornar uma educação de qualidade.

Em 1954 o Estado celebrou um convênio com o município, assumindo efetiva participação na melhoria do ensino Primário até então sob responsabilidade quase total da Prefeitura, dividindo igualmente com esta a remuneração das professoras, a merenda escolar, material didático e orientação pedagógica.

Em função desse convênio, na parte de treinamento profissional, foi criada uma vaga para a professora efetiva do Estado particular de um curso, para orientar todas as escolas rurais do município, na Fazenda do Rosário em Ibitaré, no ISER (Instituto Superior de Educação Rural) promovido pelo Departamento de Ensino da Secretaria de Educação de Belo Horizonte e orientado por D. Helena Antipoff, uma grande pedagoga.

Visitava-se a escola a cada 30 dias a pé, de trem, de carona nos caminhões de leite, etc. Havia muita dificuldade, as professoras e alunos também tinham as suas, andavam muito, três, quatro e mais quilômetros para chegarem à escola, enfrentando caminhos ruins, sol e chuva. As salas de aulas eram deficientes, improvisadas nas varandas das fazendas, das casas, nas capelas, o que exigia muita dedicação e sacrifício geral.

O Clube Agrícola foi criado em todas as escolas depois de estudarmos as possibilidades de funcionamento. Os alunos plantavam batata doce, mandioca e verduras que eram aproveitadas na merenda diária.

No final de cada ano havia reuniões para todas as orientadoras dos municípios conveniados onde eram expostos todos os trabalhos e todos os problemas.

Com isso conseguiu-se elevar um pouco o índice de aprendizagem em todas as escolas e graças também a boa cooperação de cada professora.

DÉCADA 60

O prefeito da época, diante da necessidade de permitir a Prefeitura Municipal de Carandaí uma organização nova que se fazia necessária em todos os setores, acabando por definir as funções como chefe do Departamento de Educação.

A partir dessa organização dada às atividades educacionais pode registrar os seguintes fatos mais marcantes da história:

1º) Deve-se ressaltar que o dilema mais complexo de equacionar cingia-se à precariedade dos recursos financeiros de natureza pública, já que se pode aduzir que a Educação no Brasil em nível dos entes federativos, nunca fora uma preocupação genuína. A respeito disso tudo, hoje o orçamento para educação é de ordem de 25%. Por isso, a palavra de ordem era criatividade no trabalho, economia nos recursos e contar sempre com boa vontade das professoras diante dessas restrições.

2º) Registro especial: a árdua tarefa da educação exige a conciliação dos familiares em benefício dos jovens alunos.

3º) Foi levado às escolas os quadros para a entronização dos Sagrados Corações de Jesus e Maria, que teve o agradecimento do então Monsenhor José dos Reis Alvim, pois as famílias, no geral, eram católicas. Por outro lado, as professoras, além da incumbência das aulas de catequese para a primeira eucaristia que se realizava na Matriz de Sant'Ana, sendo, após, servido um lanche a todos os, por iniciativa pessoal nossa, sem ônus para cofres públicos. Registra-se que o exercício da solidariedade entre o funcionalismo era marcante.

4º) Realização importante se deu ao aproveitar o treinamento para professores estaduais, os quais dados pelas professoras Noeme Calvário Baeta e Elza Martins, inserindo nele as professoras municipais da área rural, com o objetivo de reciclá-las e possibilitá-las no desenvolvimento pessoal que se faz necessário em todos os tempos. A partir daí, muitas delas voltaram aos estudos e concluíram o curso normal.

Nesta época as instruções eram recebidas por circulares e reuniões mensais na 3º DRE, cuja Delegada era D. Lea Dias Abrantes, sempre boa, enérgica e humana. Nos visitava de vez em quando e nos dava ótima assistência.

Mensalmente eram feitas reuniões com as professoras e repassava as instruções recebidas e visitava as escolas. Ainda encontrou-se muitos obstáculos, principalmente falta de condução, sendo preciso de vez em quando ficar de um dia para o outro nas localidades.

Quanto ao atendimento da professoras que vinham resolver problemas na inspetoria, às vezes era necessário atendê-las em casa, pela falta de condução no horário desejado e até oferecer-lhes cama e refeição, pois costumavam vir depois do horário de trabalho.

Nesta ocasião foi feito aqui em Carandaí um curso intensivo com a duração de oito dias para as professoras não tituladas. O horário de funcionamento era de 8:00 horas às 20:00horas, com intervalos apenas para as refeições e todas as participantes permaneciam na cidade, tomando refeições feitas e servidas no Campestre Clube.

Foram ministradas aulas de todas as áreas, canto, recreação, culinária e trabalhos manuais, pelas diretoras dos grupos e algumas professoras positivamente destacadas, que foram remuneradas por verbas especiais solicitadas através da 3ª DRE de Barbacena, que se encarregou da supervisão geral e classificou de excelentes os resultados, os quais imediatamente após, foram identificados no fim da linha, com auspiciosos reflexos na aprendizagem.

Para ministrar aulas de 1ª série eram escolhidas as melhores professoras para se conseguir a alfabetização até o final do ano.

Recebia material didático, livros de literatura infantil, programas de ensino, etc e para a merenda escolar havia leite em pó, farinhas vitaminadas de chocolate e de soja. A complementação da merenda era por conta das professoras que faziam promoções. Foram fundadas Caixas Escolares registradas e aprovadas pelo Departamento de Programas Culturais e Especiais da Secretaria de Educação de Minas Gerais.

As professoras não tituladas, eram convocadas anualmente para participarem do curso de treinamento em Juiz de Fora, promovido pelo Centro de Recursos Humanos.

As professoras eram esforçadas e tudo faziam para melhorar a qualidade do ensino.

DÉCADA DE 70

Em 1972, foi instalada em Carandaí a 29ª Inspetoria Seccional. O trabalho abrangia todos os municípios vizinhos como: Ressaquinha, Alfredo Vasconcelos, Barroso, Capela Nova, Senhora dos Remédios, Queluzito, Casa Grande, Cristiano Otoni e Caranaíba.

O trabalho mensal era idêntico ao anterior, visitas às escolas, participação das reuniões na 3ª DRE de Barbacena, atendimento na inspetoria, reuniões com as professoras, expedição de circulares, contagem de tempo, declarações, atestados de exercício, etc.

Havia anualmente o exame oral de leitura feito pela Elza de Oliveira Martins e Noeme. Todos os alunos que fizessem uma boa leitura eram providos a 2ª série.

As folhas de pagamento de todo pessoal subordinada à 29ª Inspetoria, bem como as folhas de promoção eram conferidas e assinadas pelas mesmas.

No início de cada ano havia inscrição para professoras, candidatas às contratações, de acordo com as portarias expedidas pelo Chefe do Departamento pessoal da Secretaria de Estado da Educação.

Para facilitar o trabalho era feito um livro de recortes das publicações do Minas Gerais, da vida profissional de cada professora, de cada município e localidade.

E ainda foi criado o primeiro Colégio Municipal com os cursos Científico e Normal.

DÉCADA DE 80

Na década de 80, o então prefeito Aguinaldo Pereira Baeta enviou a Comarca o Projeto Criação do Jardim de Infância Mônica, ativado após pelos prefeitos posteriores, e existindo até hoje, com reais benefícios às crianças de nossa terra.

Essa foi uma estrela nova que brilhou.

DÉCADA DE 90

Como grande marco desta década tivemos a municipalização das escolas estaduais, após uma grande manifestação contrária dos profissionais da educação da rede estadual. No entanto aconteceu a municipalização, o que gerou um grande aumento de escolas na rede municipal. Esta nova situação gerou o 1º concurso municipal na área da educação.

Foram criadas também as escolas particulares: Carrossel, Casinha Torta, Menino Jesus, Querubins e Instituto Educacional Lisboa.

Ampliou-se também a oferta do ensino infantil, com a construção da Escola Infantil Tia Catharina Puiatti.

DÉCADA DE 2000

Carandaí orgulha-se do êxito no combate ao analfabetismo.

Atualmente o município tem 28 escolas públicas com ensino pré-escolar e fundamental (1ª à 4ª séries e 5ª à 8ª séries) sendo 25 municipais e 3 estaduais, de Ensino Médio e Profissionalizante Técnico de enfermagem, 3 Escolas particulares e um Curso de Normal Superior mantido pela UNIPAC de Barbacena.

Em 26 de agosto de 2000., em uma assembléia geral foi fundada a APAE - Associação de Pais e Amigos dos excepcionais.

Destaca-se no trabalho pedagógico: a construção coletiva do planejamento anual, avaliação de desempenho realizada duas vezes ao ano, as feiras culturais, o campeonato estudantil a nível municipal, o resgate dos desfiles estudantis, a criação da fanfarras da Escola Municipal Abelard Pereira, a implementação no currículo na parte diversificada da matéria Segurança e Saúde do Trabalho, o projeto Memória valorizando a identidade cultural do município.

Destacamos também a reorganização do Departamento Municipal de Educação em setores, a criação do Centro Educacional de Promoção Humana, a informatização das escolas.

O Plano Municipal de Educação define através dos diagnósticos apresentados, um plano de ação específico para cada modalidade de ensino, contemplando também a formação e valorização do magistério e o financiamento e gestão da educação.

II - DESENVOLVIMENTO

2.1 - DIAGNÓSTICO EDUCACIONAL DE CARANDAÍ/MG

2.1.1 - DADOS GERAIS

População Estudantil de Carandaí - 2005

1 - Educação Infantil Rede Municipal 620 Rede Particular 116 Rede Estadual _ Total 736	2- Ensino Fundamental Rede Municipal 2.343 Rede Particular 216 Rede Estadual 2.245 Total 4.804
3- Educação Especial Entidade Filantrópica 32 Total 32	4 - Educação de Jovens e Adultos Rede Municipal 363 Rede Particular - Rede Estadual 130 Total 493
5- Ensino Médio Rede Particular 54 Rede Estadual 1.157 Total 1.211	6 - Ensino Superior Rede Particular 63 Total 63
7- Ensino Profissionalizante Rede Municipal -76 Total-76	8- Pós - Graduação Rede Particular 27 Total 27
TOTAL GERAL DA POPULAÇÃO ESTUDANTIL POR REDE Rede Estadual 3.532 Rede Municipal 3.402 Rede Particular 476 Total Geral 7.410	

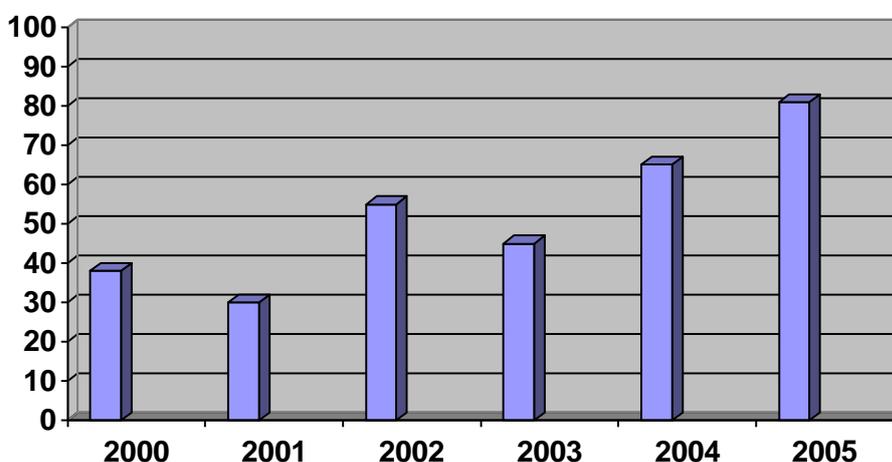
Uma das maiores preocupações deste PMDE é determinar a previsão das demandas futuras, porque estamos vivendo um período de profundas mudanças populacionais, devido à redução da natalidade.

2.1.2 - EDUCAÇÃO INFANTIL

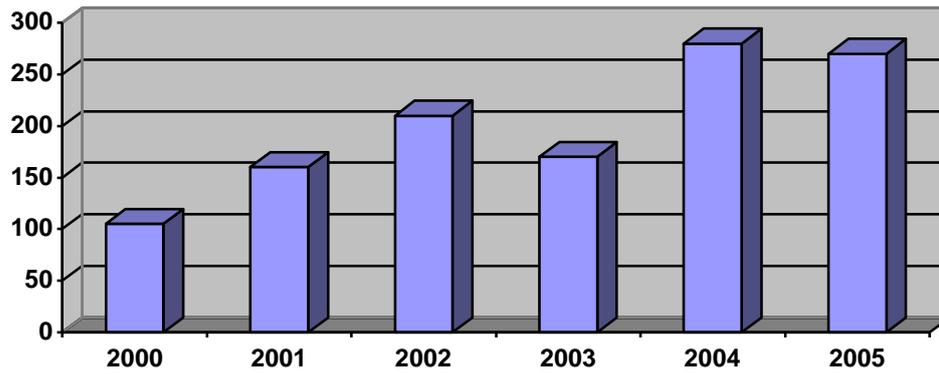
O trabalho educativo pode, assim, criar condições para as crianças conhecerem, descobrirem e ressignificarem novos sentimentos, valores, idéias, costumes e papéis sociais

A instituição de educação é um dos espaços de inserção das crianças nas relações éticas e morais que permeiam a sociedade na qual estão inseridas.

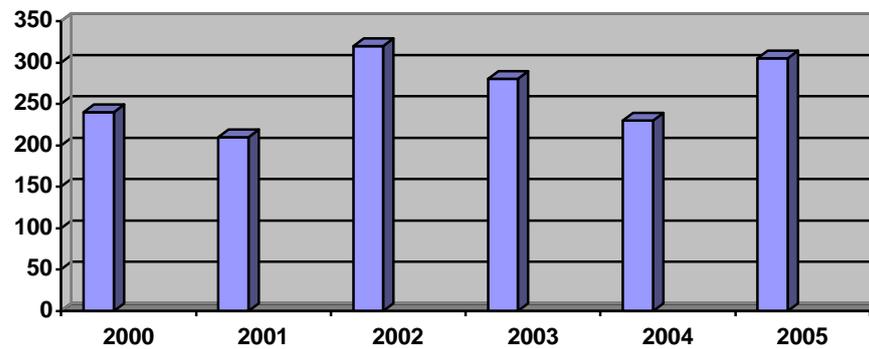
NÚMERO DE ALUNOS CRECHE 2000/2005.



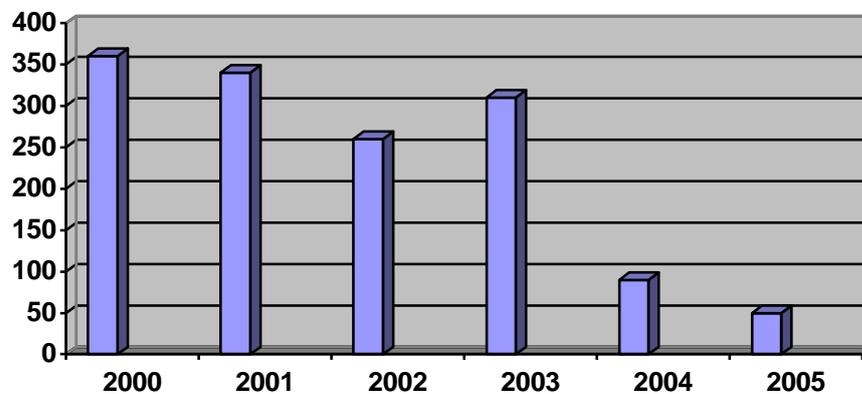
NÚMERO DE ALUNOS 1º PERÍODO 200/2005.



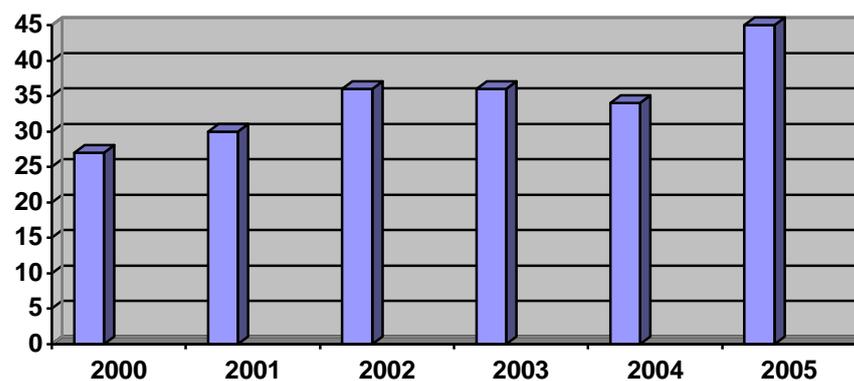
NÚMERO DE ALUNOS 2º PERÍODO 2000/2005.



NÚMERO DE ALUNOS 3º PERÍODO 2000/2005.



NÚMERO DE DOCENTES 2000/2005.



Total de alunos da Educação infantil na rede municipal, estadual e particular do município,

SETORES:

3 (Herculano Pena)

4 (Crespo, Matinada, Dombe)

5 (Corte de Pedra, Hermilo Alves)

6 (Campestre, Moreira)

7 (Acampamento)

8 (Tia Catharina, Cohab, Pedra do Sino, Ponte Chave)

Escola Infantil Carrossel

Colégio Querubins

Instituto Educacional Lisboa

Escola Estadual Gentil Pereira Lima

Escola Estadual Francisco do Carmo

CRECHE

ANO	ALUNOS
2000	38
2001	31
2002	54
2003	46
2004	67
2005	82

1º PERÍODO

ANO	ALUNOS
2000	108
2001	159
2002	212
2003	172
2004	275
2005	268

2º PERÍODO

ANO	ALUNOS
2000	235
2001	208
2002	316
2003	285
2004	234
2005	305

3º PERÍODO

ANO	ALUNOS
2000	359
2001	345
2002	271
2003	305
2004	93
2005	47

NÚMEROS DE DOCENTES

ANO	DOCENTES
2000	28
2001	30
2002	36
2003	36

2004	34
2005	45

PLANO DE AÇÃO

PRIORIDADE	OBJETIVOS	METAS	AÇÕES	CRONOLOG.	RESPONSÁVEIS
_Creche com tempo integral.	_Ampliar a oferta da educação infantil.	_Favorecer as mães que estão inseridas no mercado de trabalho.	_Padrões mínimos para funcionamento adequado da creche.	A partir de 2007	_Órgão Municipal e Parcerias.
_Profissionais específicos.	_Assegurar direitos da criança.	_Proporcionar ao aluno atendimento médico, educacional e alimentar.	_Ter à disposição da escola, dentista, fonoaudióloga, psicóloga e nutricionista.	A partir de 2006	Órgão Municipal e Parcerias.
_Curso de capacitação.	_Formar e atualizar o profissional da educação infantil.	_Para melhor atender a clientela.	_Estimular a formação superior. _Promover cursos semestrais específicos para a educação infantil.	A partir de 2006	Órgão Municipal e Parcerias.
_Espaço Físico _Mobiliário adequado e recursos didáticos.	- Facilitar o desenvolvimento da tarefa educativa.	- Educar, socializar e divertir.	-Adquirir o material com os próprios recursos e parcerias.	A partir de 2006	Órgão Municipal e Parcerias.

2.1.3 - ENSINO FUNDAMENTAL

SÉRIES INICIAIS

Diagnóstico

O Ensino Fundamental de Carandaí segue a Resolução nº 469, de 22/12/03, que dispõe sobre a organização e o funcionamento dos anos iniciais do Ensino Fundamental com 9 anos de duração. O ciclo adota o regime de progressão continuada nas escolas públicas municipais e estaduais, sendo que na Rede Municipal está dividido em: Ciclo - CIA (Ciclo Inicial de Alfabetização) (Fase Introdutória, Fase I e Fase II) e CCA (Ciclo Complementar de Alfabetização, Fase III e Fase IV. Já a rede particular atende em regime de seriação (Ensino fundamental de 8 anos).

A rede municipal conta docentes efetivos 126 e 69 contratados, 9 especialistas efetivos e 6 contratados. A rede estadual conta com 95 profissionais atuando e 57 na rede particular. Sendo que a maioria dos profissionais da educação já possuem curso superior. E uma minoria está cursando, e outros buscando a sua capacitação através de vários cursos, contando com o apoio de diretores, especialistas, coordenadores. Ainda conta com 02 auxiliares de biblioteca, 80 auxiliares de serviços gerais na rede municipal, 22 na rede estadual.

De acordo com o número de matrículas mencionadas, podemos constatar que o município é capaz de oferecer ensino para toda a clientela existente.

O município de Carandaí consta com 24 escolas municipais, 2 escolas estaduais e 2 particulares que oferece ensino nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Várias escolas precisam de reformas na rede física, mobiliário que favoreçam o melhor atendimento

aos alunos e a sua inclusão no mundo moderno, onde a tecnologia e a globalização já fazem parte do nosso dia-a-dia.

Essas reformas se referem a salas maiores e mais arejadas, mobiliário que precisam ser reformados de acordo com a realidade de cada escola. Faz-se necessário também atender ao aluno nas suas necessidades na questão do lazer, oferecendo na escola espaços onde ele possa praticar, ou se interessar por algum esporte, levando a sua melhoria na qualidade de vida e saúde.

SÉRIES FINAIS: 5ª Á 8ª SÉRIES

REDE ESTADUAL

MATRÍCULAS				
ANO	TOTAL			
	5ª SÉRIE	6ª SÉRIE	7ª SÉRIE	8ª SÉRIE
2000	179	77	346	347
2001	362	176	70	338
2002	364	386	252	247
2003	260	353	359	278
2004	169	243	350	443
2005	X	X	X	X

Observação: As Escolas Estaduais Francisco do Carmo só enviou dados a partir do ano de 2002.

TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS				
ANO	TOTAL			
	5ª SÉRIE	6ª SÉRIE	7ª SÉRIE	8ª SÉRIE
2000	09	01	10	12
2001	06	04	04	12
2002	10	05	15	03
2003	05	07	08	10
2004	06	06	11	10
2005	X	X	X	X

TRANSFERÊNCIAS EXPEDIDAS				
ANO	TOTAL			
	5ª SÉRIE	6ª SÉRIE	7ª SÉRIE	8ª SÉRIE
2000	X	X	X	01
2001	06	07	01	21
2002	16	08	06	14
2003	11	12	21	14
2004	08	06	15	11
2005	X	X	X	X

REPROVAÇÃO				
ANO	TOTAL			
	5ª SÉRIE	6ª SÉRIE	7ª SÉRIE	8ª SÉRIE
2000	X	X	X	X
2001	X	X	X	X
2002	X	X	X	X
2003	X	04	X	02
2004	19	34	29	74
2005	X	X	X	X

EVASÃO				
ANO	TOTAL			
	5ª SÉRIE	6ª SÉRIE	7ª SÉRIE	8ª SÉRIE
2000	X	X	X	55

2001	06	06	02	07
2002	12	07	19	36
2003	07	14	13	39
2004	03	11	26	43
2005	X	X	X	X

MATRÍCULA FINAL				
ANO	TOTAL			
	5ª SÉRIE	6ª SÉRIE	7ª SÉRIE	8ª SÉRIE
2000	176	70	286	391
2001	356	167	71	322
2002	346	376	242	138
2003	247	334	333	235
2004	158	226	312	353
2005	X	X	X	X

MATRÍCULAS INICIAIS				
ANO	TOTAL			
	5ª SÉRIE	6ª SÉRIE	7ª SÉRIE	8ª SÉRIE
2000	32	11	12	10
2001	27	23	13	17
2002	25	31	24	15
2003	31	27	28	22
2004	30	28	32	26

MATRÍCULA FINAL				
ANO	TOTAL			
	5ª SÉRIE	6ª SÉRIE	7ª SÉRIE	8ª SÉRIE
2000	34	11	12	10
2001	27	22	13	16
2002	25	31	24	15
2003	31	27	28	22
2004	30	28	32	26
2005	X	X	X	X

REDE PARTICULAR

TRANSFERÊNCIAS EXPEDIDAS				
ANO	TOTAL			
	5ª SÉRIE	6ª SÉRIE	7ª SÉRIE	8ª SÉRIE
2000	X	X	X	X
2001	X	01	X	01
2002	X	03	01	01
2003	X	X	02	01
2004	01	X	02	02
2005	X	X	X	X

APROVAÇÃO				
ANO	TOTAL			
	5ª SÉRIE	6ª SÉRIE	7ª SÉRIE	8ª SÉRIE
2000	32	11	12	10
2001	27	22	13	16
2002	25	28	23	13
2003	31	27	26	19
2004	28	28	26	24
2005	X	X	X	X

TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS				
---------------------------------	--	--	--	--

ANO	TOTAL			
	5ª SÉRIE	6ª SÉRIE	7ª SÉRIE	8ª SÉRIE
2000	02	X	X	X
2001	01	X	X	X
2002	X	X	X	X
2003	X	X	X	X
2004	X	X	X	X
2005	X	X	X	X

EVASÃO

ANO	TOTAL			
	5ª SÉRIE	6ª SÉRIE	7ª SÉRIE	8ª SÉRIE
2000	X	X	X	X
2001	X	X	X	X
2002	X	X	X	X
2003	X	X	X	X
2004	X	X	X	X
2005	X	X	X	X

REPROVAÇÃO

ANO	TOTAL			
	5ª SÉRIE	6ª SÉRIE	7ª SÉRIE	8ª SÉRIE
2000	02	X	X	X
2001	X	X	X	X
2002	X	X	X	X
2003	X	X	X	02
2004	01	X	04	X
2005	X	X	X	X

REDE MUNICIPAL

ANO	DADOS	5ª SÉRIE	6ª SÉRIE	7ª SÉRIE	8ª SÉRIE
2000	Matrícula inicial	278	197	X	x
	Transf. recebidas	08	03	X	X
	Transf. Expedidas	04	07	X	X
	Reprovação	27	03	X	X
	Evasão	16	05	X	X
	Matrícula final	266	188	X	X
	Aprovação	239	185	x	X

ANO	DADOS	5ª SÉRIE	6ª SÉRIE	7ª SÉRIE	8ª SÉRIE
2001	Matrícula inicial	X	255	188	x
	Transf. recebidas	X	01	07	X
	Transf. Expedidas	X	03	02	X
	Reprovação	X	20	08	X
	Evasão	X	12	09	X
	Matrícula final	X	241	184	X
	Aprovação	x	166	123	X
ANO	DADOS	5ª SÉRIE	6ª SÉRIE	7ª SÉRIE	8ª SÉRIE
2002	Matrícula inicial	99	29	229	181
	Transf. recebidas	02	07	05	02
	Transf. Expedidas	07	02	11	34
	Reprovação	09	07	23	16
	Evasão	01	08	17	09
	Matrícula final	93	26	207	173
	Aprovação	84	22	155	X

ANO	DADOS	5ª SÉRIE	6ª SÉRIE	7ª SÉRIE	8ª SÉRIE
2003	Matrícula inicial	182	101	64	201

Transf. recebidas	09	05	12	04
Transf. Expedidas	04	03	08	12
Reprovação	49	21	27	44
Evasão	06	01	10	03
Matrícula final	181	102	58	190
Aprovação	132	81	31	146

ANO	DADOS	5ª SÉRIE	6ª SÉRIE	7ª SÉRIE	8ª SÉRIE
2004	Matrícula inicial	294	162	112	62
	Transf. recebidas	09	01	03	03
	Transf. Expedidas	10	03	05	04
	Reprovação	11	19	28	07
	Evasão	10	03	11	05
	Matrícula final	282	157	99	56
	Aprovação	206	138	71	49

De acordo com o levantamento feito pelos dados disponibilizados verificamos que a rede pública e particular vem atendendo a demanda apresentada. Quanto à organização das escolas (tempo escolar) entendemos em que em nosso município o aluno é atendido respeitando suas características vivenciando o momento de transição - série/ciclo.

Diante das tabelas apresentadas percebemos que precisamos buscar novos caminhos para despertar o interesse, motivação, valorização e permanência do aluno, levando-os a perceberem a importância da escola para a vida dos mesmos. Precisamos fazer da escola o espaço para a busca de caminhos amenizando assim os problemas diagnosticados.

Quanto ao currículo, vimos à necessidade de incluir na parte diversificada matéria que desenvolvam habilidades dentro das necessidades do educando e das peculiaridades regionais.

Não há possibilidade de vivermos em mundo globalizado, se a escola está tão aquém de recursos tecnológicos.

Vimos também, a necessidade de ampliação da jornada escolar, reestruturando a rede física das escolas, para que o aluno possa permanecer na escola em tempo integral desenvolvendo assim as mais diversas potencialidades de nossa clientela. Continuando também a atender alunos fora da faixa etária do ensino regular, dando continuidade da modalidade EJA, enquanto persistir a demanda.

<i>Prioridade</i>	<i>Objetivos</i>	<i>Metas</i>	<i>Ações</i>	<i>Cronog.</i>	<i>responsáveis</i>
1- Valorização dos profissionais da educação	Valorizar os profissionais no sentido de oferecer melhor salário, cursos, auto-estima, melhorando a qualidade do ensino	Que 100% dos profissionais sejam favorecidos	Implementar o Plano de Carreira Promover cursos de capacitação	A partir de 2006	Departamento Municipal de Educação. SEE.
2- Escola informatizada	Atender as necessidades da comunidade escolar, visando a melhoria da qualidade do ensino	Que 100% da comunidade escolar tenha acesso às novas tecnologias	Buscar parcerias com empresas e programas da SEE.	A partir de 2006	Departamento Municipal de Educação. Escolas Estaduais, Municipais e Particulares

3- Professores especializados para aulas de Educação Física para 1ª à 4ª série	Atender melhor as necessidades do educando. Despertando a criatividade e motivação	Que 100% das escolas tenham professores especializados	Contratação de professores especializados	A partir de 2006	Departamento Municipal de Educação. SEE.
4-Reformas e ampliação de escolas	Melhorar e ampliar a rede física para melhor atender a comunidade escolar	Que 100% das escolas passem por algum tipo de reforma	Priorizar as necessidades.(*) Encaminhar para órgãos competentes	A partir de 2006	Departamento Municipal de Educação. SEE.
5- Mais assistência especializada dos alunos com dificuldades de aprendizagem	Conduzir e integrar os educandos à sociedade e à vida escolar	Que 100% dos alunos recebam assistência especializada	Integrar o atendimento psicológico ao pedagógico	A partir de 2006	Departamento Municipal de Educação. SEE. Voluntários

PLANO DE AÇÃO Séries iniciais e finais

OBS: (*) Ampliação da Escola Municipal Dep. Abelard Pereira e cobertura do prédio reformado da Escola Estadual Deputado Patrus de Sousa a ser negociado com a Secretaria de Estado de Educação.

2.1.4 -ENSINO MÉDIO

ESCOLA ESTADUAL DEPUTADO PATRUS DE SOUSA - ENSINO MÉDIO

1º ANO

ESPECIFICAÇÃO	2001	2002	2003	2004
Matrícula efetiva	448	438	473	435
Alunos demitidos por transferência	37	11	05	05
Alunos admitidos por classificação, reclassificação e/ou avanço	X	X	X	X
Alunos afastados por transferência	11	06	14	11
Alunos afastados por abandono	86	88	84	70
Alunos remanejados por classificação, reclassificação e/ou avanço	61	02	X	X
Matrícula final	327	353	380	359
Alunos aprovados sem dependência	298	299	357	289
Alunos aprovados com dependência	13	X	X	32
Alunos reprovados	16	54	23	38

2º ANO

ESPECIFICAÇÃO	2001	2002	2003	2004
Matrícula efetiva	229	344	336	380
Alunos demitidos por transferência	02	12	05	10
Alunos admitidos por classificação, reclassificação e/ou avanço	61	02	X	X
Alunos afastados por transferência	05	12	02	07
Alunos afastados por abandono	48	43	30	58
Alunos remanejados por classificação, reclassificação e/ou avanço	X	05	X	X
Matrícula final	239	298	309	325
Alunos aprovados sem dependência	177	280	300	293
Alunos aprovados com dependência	50	X	X	17
Alunos reprovados	12	18	09	15

3º ANO

ESPECIFICAÇÃO	2001	2002	2003	2004

Matrícula efetiva	281	237	287	331
Alunos demitidos por transferência	28	04	03	11
Alunos admitidos por classificação, reclassificação e/ou avanço	X	05	X	X
Alunos afastados por transferência	09	01	04	09
Alunos afastados por abandono	42	22	22	36
Alunos remanejados por classificação, reclassificação e/ou avanço	998	63	X	X
Matrícula final	160	160	264	297
Alunos aprovados sem dependência	141	158	264	289
Alunos aprovados com dependência	15	X	X	X
Alunos reprovados	04	02	x	08

REDE DE ENSINO ESTADUAL

ANO 2000

Município. Localização Habilitação	Matrícula. efetiva	Alunos admitidos		Alunos afastados			Alunos aprovados		Alunos reprovados.		Matr. Final	Alunos conclu- intes	
		Por transf	Por reclas- sificação	Por transf. Nº	Por aban, Nº	Por reclas. Taxa Nº	Nº	Taxa	Nº	Taxa			
Carandaí Zona Urbana 9903 2º grau (Sem Hab.)													
1ª série	350	8	-	7	64	24,43	89	182	69,47	18	6,87	200	-
2ª série	344	31	89	32	63	18,69	95	256	75,96	18	5,34	274	-
3ª série	287	19	95	9	37	12,29	91	258	85,71	6	1,99	264	-
4ª série	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Geral	981	58	184	48	164	18,22	275	696	77,33	42	4,67	738	-
Totalização													-
1ª série	350	8	-	7	64	24,43	89	182	69,47	18	6,87	200	-
2ª série	344	31	89	32	63	18,69	95	256	75,96	18	5,34	274	-
3ª série	287	19	95	9	37	12,29	91	258	85,71	6	1,99	264	-
4ª série	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Geral	981	58	184	48	164	18,22	275	696	77,33	42	4,67	738	249

Fonte: Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais

OBS:

-Matrícula Final difere de Matrícula Efetiva + Alunos admitidos) - Alunos Afastados provavelmente devido a:

*Inconsistência dos dados de Matrícula Efetiva, Movimento Escolar e Resultado Final coletados em épocas diferentes.

*dados enviados pela SER

-A diferença não assinalada nas linhas de totais indica que houve uma compensação do máximo de alunos

-Na coluna "Alunos Aprovados" estão incluídos os "Alunos Aprovados com Dependência"

Não Seri	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Geral	69	2	-	5	-	-	-	66	100,00	-	-	66	-
Totalização													
1ª série	28	-	-	2	-	-	-	26	100,00	-	-	26	-
2ª série	14	2	-	1	-	-	-	15	100,00	-	-	15	-
3ª série	27	-	-	2	-	-	-	25	100,00	-	-	25	-
4ª série	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Não Seri	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Geral	69	2	-	5	-	-	-	-	100,00	-	-	66	25

Fonte: Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais

OBS:

-Matrícula Final difere de Matrícula Efetiva + Alunos admitidos) - Alunos Afastados provavelmente devido a:

*Inconsistência dos dados de Matrícula Efetiva, Movimento Escolar e Resultado Final coletados em épocas diferentes.

*dados enviados pela SER

-A diferença não assinalada nas linhas de totais indica que houve uma compensação do máximo de alunos

-Na coluna "Alunos Aprovados" estão incluídos os "Alunos Aprovados com Dependência"

REDE DE ENSINO ESTADUAL ANO 2002

Município. Localização habilitação	Matrícula. efe- tiva	Alunos admitidos		Alunos afastados				Alunos aprovados		Alunos reprovados.		Matr. Final	Alunos conclu- intes
		Por transf.	Por reclas.	Por transf. Nº	Por aban,		Por reclas. Nº	Nº	Taxa	Nº	Taxa		
					Nº	Taxa							
Carandaí Zona Urbana 9903 2º grau (Sem Hab.)													
1ª série	438	11	-	6	88	19,95	2	299	67,80	54	12,24	353	-
2ª série	344	12	2	12	43	12,61	5	280	82,11	18	5,28	298	-
3ª série	237	4	5	1	22	12,09	63	158	86,81	2	1,10	160	-
4ª série	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Não Seri	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Geral	1019	27	7	19	153	15,87	70	737	76,45	74	7,68	811	
Totalização													
1ª série	438	11	-	6	88	19,95	2	299	67,80	54	12,24	353	-
2ª série	344	12	2	12	43	12,61	5	280	82,11	18	5,28	298	-
3ª série	237	4	5	1	22	12,09	63	158	86,81	2	1,10	160	-
4ª série	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Não Seri	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Geral	1019	27	7	19	153	15,87	70	737	76,45	74	7,68	811	158

Fonte: Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais

OBS:

-Matrícula Final difere de Matrícula Efetiva + Alunos admitidos) - Alunos Afastados provavelmente devido a:

*Inconsistência dos dados de Matrícula Efetiva, Movimento Escolar e Resultado Final coletados em épocas diferentes.

*dados enviados pela SER

-A diferença não assinalada nas linhas de totais indica que houve uma compensação do máximo de alunos

-Na coluna "Alunos Aprovados" estão incluídos os "Alunos Aprovados com Dependência"

REDE DE ENSINO PARTICULAR

ANO 2003

Total no município	Matrí. Efetiva	Alunos admitidos			Alunos afastados					Alunos aprov		Alunos reprov.		Matrí-cula Final	Alunos Conclu-intes
		Por Transf.	Por Class.	Por Reclas. e/ou Avanço	Por Transf.	Por Aba.	Rema. Por reclas. e/ou avan.								
								Nº	Nº	Taxa	Nº	Conc.	Nº		
Carandaí Zona Urbana 9903 2º grau (Sem Hab.)															
Não seriado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1ª série	16	-	-	-	-	-	-	-	-	15	100	-	-	16	-
2ª série	24	2	-	-	-	-	-	-	-	26	100	-	-	26	-
3ª série	18	-	-	-	5	-	-	-	-	13	100	-	-	13	13
4ª série	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	58	2	-	-	5	-	-	-	-	55	100	-	-	55	13

Fonte: Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais

OBS:

-Na coluna "Alunos Aprovados" estão incluídos os "Alunos Aprovados com Dependência"

-concluientes = "Alunos Aprovados com Dependência

Concluientes do Ensino Médio + "Al. Afast. Reclas" + "Alunos Concluientes

REDE DE ENSINO ESTADUAL

ANO 2003

Total no município	Matrí. Efetiva	Alunos admitidos			Alunos afastados					Alunos aprov		Alunos reprov.		Matrí-cula Final	Alunos Conclu-intes
		Por Transf.	Por Class.	Por Reclas. e/ou Avanço	Por Transf.	Por Aba.	Rema. Por reclas. e/ou avan.								
								Nº	Nº	Taxa	Nº	Conc.	Nº		
Carandaí Zona Urbana 9903 2º grau (Sem Hab.)															
Não seriado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1ª série	494	5	-	-	14	84	17,32	-	-	378	77,94	23	4,74	401	-
2ª série	328	5	-	-	2	30	9,06	-	-	292	88,22	9	2,72	301	-
3ª série	283	7	-	-	4	22	7,69	-	-	264	92,31	-	-	264	264
4ª série	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	1105	17	-	-	20	136	12,34	-	-	934	84,75	32	2,90	966	264

Fonte: Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais

OBS:

-Na coluna "Alunos Aprovados" estão incluídos os "Alunos Aprovados com Dependência"

-concluintes = "Alunos Aprovados com Dependência"

Concluintes do Ensino Médio + "Al. Afast. Reclas" + "Alunos Concluintes"

**REDE DE ENSINO PRIVADA
ANO 2004**

Total do Município Carandaí	Ensino Médio				Total Geral
	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série	
Zona Urbana					
Matrícula	12	20	27	-	59
Alunos defasados	-	-	4	-	4
Taxa	-	-	14,81	-	6,78
Zona Urbana + Zona Rural					
Matrícula	12	20	27	-	59
Alunos Defasados	-	-	4	-	4
Taxa	-	-	14,81	-	6,78

Fonte: Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais

OBS:

-Defasado é o aluno com idade acima das 2 idades correspondentes a cada ano/série, considerando que o aluno nascido de maio a dezembro é registrado na tabela com idade superior à prevista para o ano/série em curso.

**NÚMERO DE DOCENTES EFETIVOS ATUANDO
FORMAÇÃO**

SÉRIES	FUNC.	MÉDIO		SUPERIOR		PÓS-GRADUAÇÃO	TOTAL
		MAG.	OUTRO	MAG.	OUTRO		
Maternal							
1º P							
2º P							
3º P							
1ª S							
2ª S							
3ª S							
4ª S							
5ª S							
6ª S							
7ª S							
8ª S							
1º A E M	11	01	02	05	03		
Total							

No município de Carandaí, o ensino médio conta com alunos provenientes das zonas urbana e rural e é oferecido nas seguintes escolas, sendo 3 estaduais: Escola Estadual "Deputado Patrus de Sousa", que tem o curso desde 1986, escola pólo, por ser central e a maior do município; e a partir de 2005 as Escolas Estaduais "Francisco do Carmo" - no bairro Ponte Chave, e "Prefeito Gentil Pereira Lima" - no distrito de Pedra do Sino.

Também há duas escolas particulares: Colégio Querubins, conveniada com a Rede Pitágoras com Ensino Médio desde 2000, e o Instituto Educacional Lisboa (Positivo), com Ensino Médio a partir de 2005- 1º ano).

De acordo com os dados apresentados fizemos o seguinte diagnóstico:

- Turmas muito grandes
- Desvalorização do profissional
- Desinteresse e falta de comprometimento dos alunos
- Material didático insuficiente

- Baixos salários
- Falta de um plano de carreira para o magistério
- Pouca participação da família
- Ano letivo muito extenso
- Excesso de trabalho
- Falta de cursos de atualização profissional

Com relação aos alunos:

- Pouco interesse destes
- Não dominam os conteúdos básicos necessários

PLANO DE AÇÃO

<i>Prioridade</i>	<i>Objetivos</i>	<i>Metas</i>	<i>Ações</i>	<i>Cronograma</i>	<i>Responsáveis</i>
1- Valorização do professor	Proporcionar ao profissional condições de desenvolver o seu trabalho com eficiência e prazer	Ao final de 2015, 100% dos professores se sentirão realizados e valorizados	Viabilização do plano de carreira e tabela salarial	Até o final de 2006	Departamento Municipal de Educação
2- Cursos de atualização	Oferecer aos professores melhores condições na utilização de novas metodologias	Até o final de 2007	Cursos didáticos e de informática	Semestralmente	Departamento Municipal de Educação e SEE
3- Informatização	Assegurar que as escolas disponham de equipamento de informática para modernização da administração e para apoio à melhoria do ensino e da aprendizagem, acesso à internet	Até o final de 2008, todas as escolas estarão equipadas	Manter parcerias com empresas e ongs	Até o final de 2008	Departamento Municipal e SEE

2.1.5 - ENSINO SUPERIOR

UNIVERSIDADE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS
 FACULDADE DE EDUCAÇÃO E ESTUDOS SOCIAIS DE CARANDAÍ
 Diagnóstico da realidade escolar

MATRÍCULAS / 2º SEMESTRE 2002 AO 2º SEMESTRE 2005

Semestre/ano	2ºS /2002	1º S/2003	2º S/2003	1º S/2004	2º S/2004	1º S/2005	2º S/2005
Matrícula Inicial	112	97	127	126	119	119	62
Vestibular	-	37	-	-	-	36	-
Trancamento	-	02	03	03	-	-	-
Cancelamento	09	02	-	02	-	-	-
Desistência	06	03	02	02	-	02	01
Transf. Recebida	-	-	02	-	-	-	-
Transf. Expedida	-	-	-	-	-	01	-
Retorno	-	-	02	-	-	-	-
Total Saída	15	07	02	07	-	93	01
Matrícula Final	97	127	126	119	119	62	61

**ALUNOS NO MERCADO DE TRABALHO
2º SEMESTRE 2005**

Situações dos alunos	Local de trabalho				Nº de alunos que atuam	Rede de Ensino		
	Zona urbana	Zona rural	Outros municípios	Fora de sala		Estadual	Municipal	Particular
Formandos 90	29	20	16	02	67	04	60	02
6º período 28 alunos	05	01	03	-	09	02	02	02
2º Período 33 alunos	05	01	02	-	08	01	02	03

**FACULDADE DE EDUCAÇÃO E ESTUDOS SOCIAIS DE CARANDAÍ
NÚMERO DE DOCENTES**

2º SEMESTRE 2002 AO 2º SEMESTRE 2005

SEMESTRE	2º/2002	1º/2003	2º/2003	1º/2004	2º/2004	1º/2005	2º/2005
Localidade							
Carandaí	05	05	07	07	06	09	09
Barbacena	01	04	03	03	04	04	03
Antônio Carlos	01	01	01	01	01	01	01
Congonhas	-	01	01	-	-	-	-
Total	07	11	12	11	11	14	13

CURSO VEREDAS

Período 2000 a 2005.

Número de alunos

Rede Municipal17
Rede Estadual.....06

PÓS-GRADUAÇÃO

Ano 2005.

Número de alunos27

PÓS-GRADUAÇÃO

Alunas no mercado de trabalho

2º semestre/2005/27 alunas

Situação	LOCAL DE TRABALHO				REDE DE ENSINO			
	Zona urbana	Zona Rural	Distrito	Total	Estadual	Municipal	Particular	Total
Ed. Infantil	7	-	1	8	-	2	6	8
Fase Introd.	-	1	1	2	1	1	-	2
1ª à 4ª	4	-	1	5	1	2	2	5
5ª à 8ª	3	-	-	3	1	2	1	4
Ensino Médio	2	-	-	2	2	-	-	2
Eventual	1	-	1	2	1	1	-	2
Bibliotecária	1	-	-	1	-	1	-	1
Coordenadora	-	1	-	1	-	1	-	1
Pedagoga	-	1	-	1	-	1	-	1
Diretora	1	-	-	1	-	-	1	1
Não leciona	-	-	-	2	-	-	-	2

OBS:

Prof. 5ª/8ª - uma mesma professora trabalha em 2 redes de ensino (Particular e Municipal)

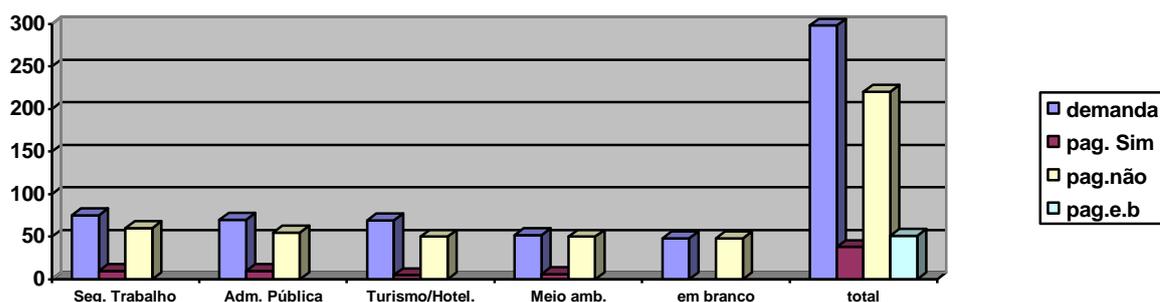
Prof. 5ª/8ª e Ensino Médio Uma mesma professora trabalha nas redes Estadual e Municipal

FONTE: Curso de Pós-graduação em Educação "PSICOPEDAGOGIA" - Carandaí

**LEVANTAMENTO DE INTERESSES /CURSOS TECNOLÓGICOS
1º SEMESTRE /2005 /FAEC /UNIPAC /CARANDAÍ**

CURSOS	DEMANDA	PAG. SIM	PAG. NÃO	PAG. E. B
Seg. Trabalho	73	7	65	1
Adm. Pública	62	7	53	2
Tur. Hotelaria	62	4	55	3
Meio ambiente	54	5	48	1
Em branco	45	0	0	45
Total	296	23	221	52

LEVANTAMENTO DE INTERESSES/CURSOS TECNOLÓGICOS/UNIPAC/CARANDAÍ

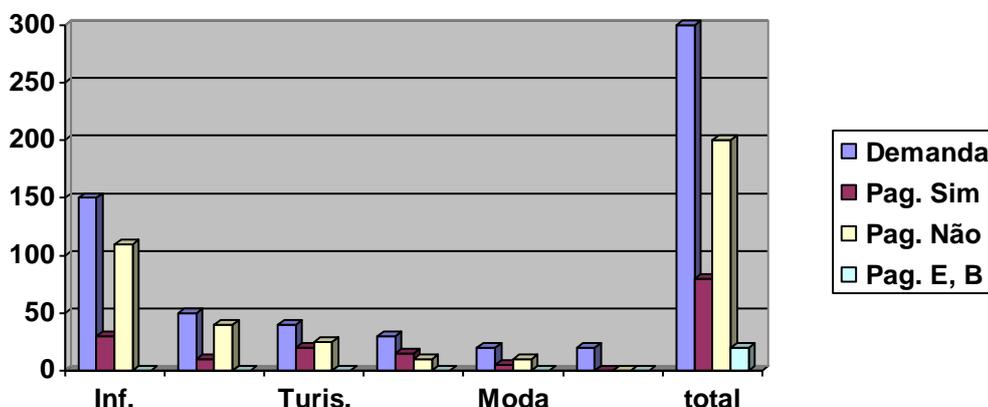


Fonte: Escolas Estaduais Ponte Chave e patrus de Sousa
Alunos do 2º e 3º ano de Ensino Médio

**LEVANTAMENTO DE INTERESSES /CURSOS TECNOLÓGICOS
1º SEMESTRE /2005 /FAEC /UNIPAC /CARANDAÍ**

CURSOS	DEMANDA	PAG.SIM	PAG. NÃO	PAG.E.B
Informática	148	28	118	2
Seg. Trabalho	46	12	34	0
Tur. Hotelaria	38	16	22	0
Agricultura	28	15	13	0
Moda e Designer	19	6	13	0
Outros	17	0	0	17
Total	296	77	200	19

LEVANTAMENTO DE INTERESSES/CURSOS TÉCNICOS

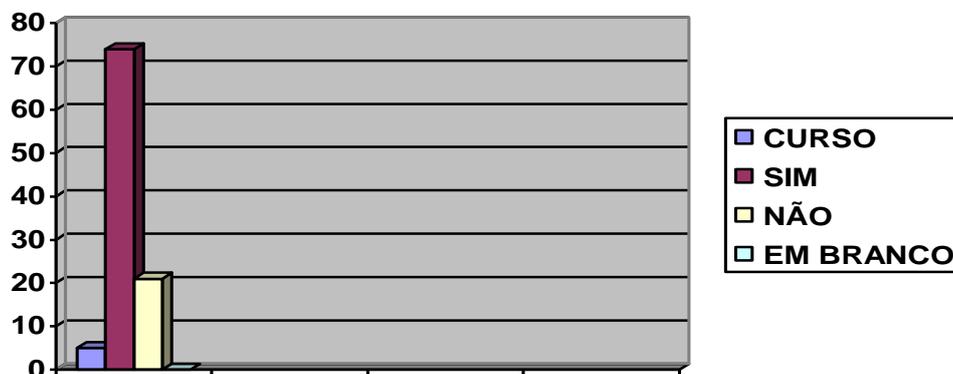


Fonte: Escolas Estaduais: Ponte Chave e patrus de Sousa
Alunos do 2º e 3º anos do Ensino Médio

**FACULDADE DE EDUCAÇÃO E ESTUDOS SOCIAIS DE CARANDAÍ/UNIPAC
LEVANTAMENTO DE INTERESSES/CURSO NORMAL SUPERIOR
1º SEMESTRE/2005.**

CURSO	SIM	NÃO	EM BRANCO	TOTAL
NORMAL SUP.	62	219	15	296

LEVANTAMENTO/INTERESSES CURSO NORMAL SUPERIOR/UNIPAC/CARANDAÍ



Fonte: Escolas Estaduais:: Ponte Chave e patrus de Sousa
Alunos do 2º e 3º anos do Ensino Médio

De acordo com os gráficos concluímos que:

CURSO NORMAL SUPERIOR

- Ampliação e organização da biblioteca;
- Informatização para o uso do aluno e da Faculdade
- Xerox para atendimento ao aluno e a Faculdade
- Aumento de percentual financeiro e parcerias
- Levantamento de demandas para formar novas turmas
- Reforma do mobiliário dos alunos (carteiras)
- Construção de banheiros para professores/reforma da sala de professores
- Turno da noite: uso exclusivo da faculdade durante o período letivo.

E que o município necessita de:

- Implantação de cursos técnicos que atendam aos interesses dos alunos que cursam o Ensino Médio;
- Viabilização de cursos tecnológicos (nível superior) em outra áreas de interesse dos formandos de Ensino Médio;
- Complementação do Curso Normal Superior em Pedagogia com duração de um ano;
- Implantação em convênio com a UNIPAC, de pós-graduação na área educacional.

PLANO DE AÇÃO

Prioridade	Objetivos	Metas	Ações	Cronog.	Responsável
Ampliação e organização da biblioteca da FAEC	<ul style="list-style-type: none"> Favorecer pesquisas e estudos de alunos e professores. 	<ul style="list-style-type: none"> Adquirir os livros que constam no Projeto Político Pedagógico da UNIPAC/FAEC e outros pertinentes às disciplinas dos cursos e de conhecimentos gerais. 	<ul style="list-style-type: none"> Estabelecer parceria com a Prefeitura Municipal de Carandaí para a compra de exemplares. Promover eventos com finalidade lucrativa para aquisição de livros. 	Setembro de 2005 a dezembro de 2010.	<ul style="list-style-type: none"> Administração da FAEC
Levantamento da demanda para formação de novas turmas na FAEC.	<ul style="list-style-type: none"> Verificar o interesse da população em ter um curso de nível superior e qual seria este curso. 	<ul style="list-style-type: none"> Manter o funcionamento da FAEC com o curso normal superior e outros que atendessem as necessidades da população. 	<ul style="list-style-type: none"> Pesquisar junto às escolas do município e de cidades vizinhas; Implantar novos cursos em parceria com a UNIPAC; Divulgar os futuros cursos e sua demanda no mercado de trabalho; Realizar de concursos vestibulares. 	Dezembro de 2004 a dezembro de 2010.	<ul style="list-style-type: none"> Administração da FAEC Administração da UNIPAC . DME
Informatização da FAEC	<ul style="list-style-type: none"> Utilizar a informática para a preparação de aulas e realização de trabalhos; Informatizar os serviços de secretaria; Possibilitar a pesquisa na internet para alunos, professores e pessoal administrativo. 	<ul style="list-style-type: none"> Modernizar os trabalhos docentes, discentes e administrativos. 	<ul style="list-style-type: none"> Estabelecer parceria com a Prefeitura Municipal de Carandaí para a compra de exemplares. Promover eventos com finalidade lucrativa para aquisição de livros. 	Fevereiro de 2006 a dezembro de 2010.	<ul style="list-style-type: none"> Administração da FAEC

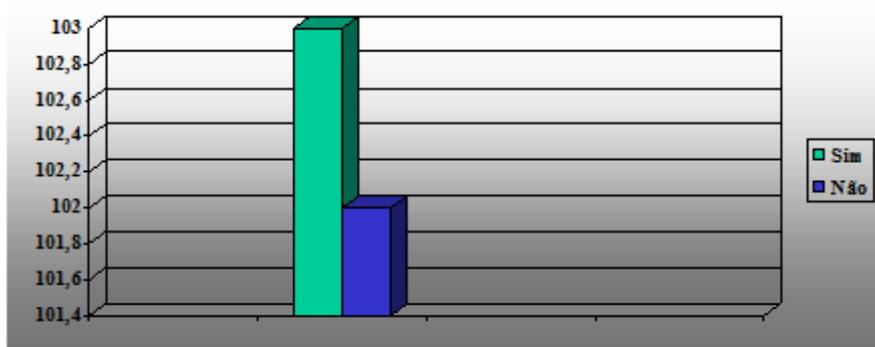
2.1.6 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Plano de ações para Educação de Jovens e Adultos

Adequação do horário escolar:

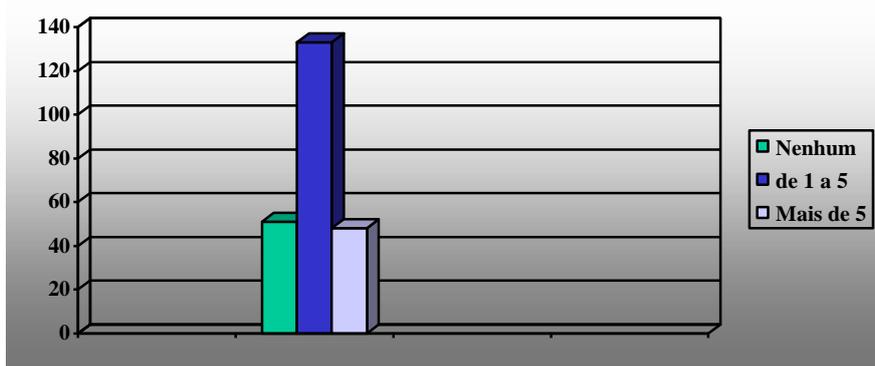
entrada: 18:50h e saída às 22:25h

- OBJETIVOS: Garantir maior presença e melhor aproveitamento.
- METAS: Atender o perfil do aluno da EJA, de acordo com a necessidade do seu horário de trabalho.
- AÇÕES: Adequar a documentação escolar necessária, para alterar a carga horária.
- CRONOGRAMA: A partir de 2006.
- RESPONSÁVEL: Gestor da Escola.



Ampliação ou construção da biblioteca escolar com volumes atuais e diversificados, e melhoramento do espaço físico

- OBJETIVOS: Despertar o interesse pela leitura e torná-la um hábito.
- METAS: Despertar o sentimento de valorização da leitura tanto no corpo discente quanto docente.
- AÇÕES: Formar parcerias c/empresas, fundações, editoras e ongs; buscar junto ao governo Federal, Estadual e Municipal verbas destinadas a este fim.
- CRONOGRAMA: A partir de 2006.
- RESPONSÁVEL: Órgãos Federal, Estadual e Municipal de Educação; Gestor da escola, parcerias e doadores.

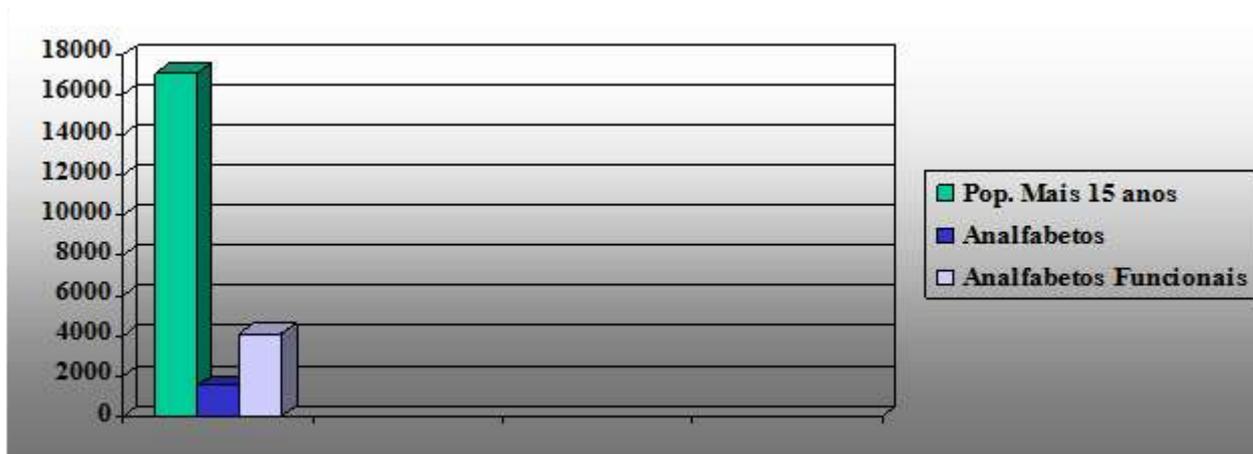


Formação continuada para os profissionais que atuam na EJA.

- OBJETIVOS: Conhecer as reais necessidades dos alunos da EJA e adequar conteúdos à sua vivência.
- METAS: Melhorar o atendimento ao aluno desta modalidade, que requer um ensino diferenciado.
- AÇÕES: Mobilizar e incentivar a participação dos professores e profissionais envolvidos nesta modalidade, em encontros e cursos que atualizem e proporcionem troca de experiência.
- CRONOGRAMA: A partir de 2006 e enquanto durar as modalidades.
- RESPONSÁVEL: Órgãos Federal, Estadual e Municipal de Educação

Inclusão do analfabeto, analfabeto funcional e cidadãos que evadiram, no processo educacional.

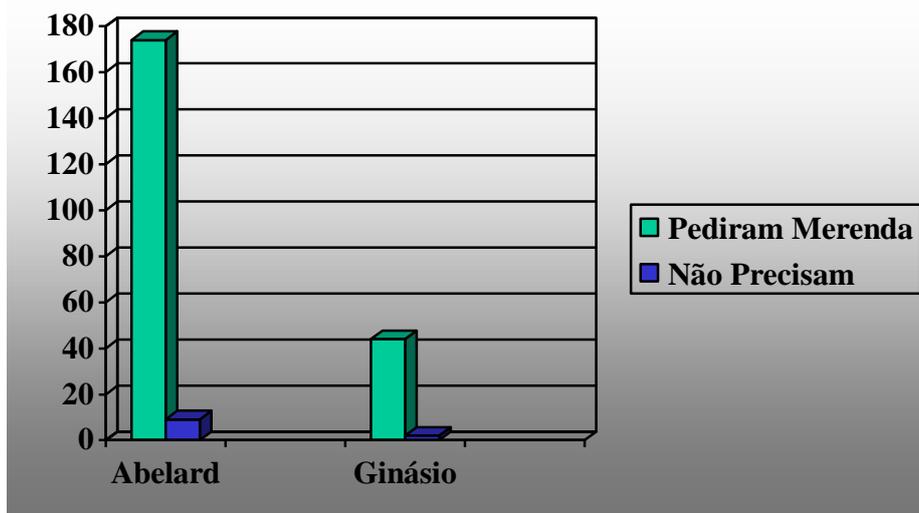
- OBJETIVOS: Garantir o acesso de todos na escola, visando o direito de aprender, de se desenvolver e exercer, com qualidade, a cidadania.
- METAS: Implementar programas de alfabetização para todos cidadãos não alfabetizados e que ainda se encontram ao longo dos anos do ensino fundamental.
- AÇÕES: Fazer cadastro prévio e posterior matrícula da demanda escolar; acompanhar, avaliar e incentivar a permanência do aluno na escola.
- CRONOGRAMA: A partir de 2006 até quando necessário.



•RESPONSÁVEL: Órgão Municipal de educação e Gestor.

Alimentação para os alunos que estudam no ensino noturno.

- OBJETIVOS: Proporcionar a distribuição de merenda escolar para os alunos da EJA.
- METAS: Assegurar, para todos os alunos, uma alimentação balanceada.
- AÇÕES: Procurar, através de embasamento legal, órgãos responsáveis pela distribuição da merenda escolar; formar parcerias com agricultores do município visando doação de gêneros alimentícios.
- CRONOGRAMA: A partir de 2006 até quando necessário.



•RESPONSÁVEL: Órgão competente, CAE, FUNDEB, Secretarias Estadual e Municipal de Educação, gestores e parcerias.

A modalidade EJA conta hoje com 635 alunos no município de Carandaí, distribuídos da seguinte forma:

249 Abelard Ens. Fundamental	158 Ginásio Ensino Médio	72 SESI Ens. Fundamental
11 Bias Fortes Alfabetização	120 Escolas Mun. Alfabetização	25 Bias Fortes Alfabetização

Perfil dos alunos da EJA no município de Carandaí

- 70% dos alunos têm mais de 26 anos.
- 50% no Fundamental e 92% no Ens. Médio, têm como objetivo um emprego melhor.
- 30% não trabalha com carteira assinada.
- 20% não trabalha.
- 80% nunca tiveram acesso ao computador
- 95% nunca acessaram e tiveram contato com a internet.
- Acreditam no curso e na oportunidade que ele oferece.
- Na alfabetização são 66 homens e 108 mulheres.
- No Ens. Fundamental, são 249 homens e 191 mulheres

PENSAMENTO...

“Se não morre aquele que planta uma árvore, nem aquele que escreve um livro, com maior razão não deve morrer aquele que ensina, pois este planta nas almas e escreve nos espíritos.”
Bertold Brecht

2.1.7 -FORMAÇÃO PROFISSIONAL E EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA

Histórico:

O Colégio Municipal "Prefeito Abeilard Pereira" criado pela Lei Municipal nº 609 de 27 de outubro de 1969, iniciou suas atividades em 1º de março de 1970, com os cursos colegial secundário e colegial normal. Posteriormente passou a oferecer os cursos de habilitação de Magistério 1º grau e Técnico em Contabilidade.

Ao longo desses anos, o CMPAP, única instituição no município que oferece a modalidade de educação profissional adequou suas atividades, segundo as diversas modificações ocorridas na legislação que regulamenta o ensino técnico no país e a necessidade de mão de obra qualificada detectada.

Atualmente, o CMPAP, oferece os cursos técnicos em:

- Contabilidade: habilitação profissional na área de gestão com tradição de mais de 25 anos formando profissionais altamente qualificados. O Curso teve início em fevereiro de 1979 e término previsto para dezembro de 2005.
- Enfermagem: habilitação profissional na área de saúde, com o objetivo de qualificação de mão de obra especializada, uma vez, que foi detectada a carência destes profissionais para atender a demanda no mercado de trabalho do município e região.

A tabela abaixo se refere ao número de concluintes, em cada curso oferecido pela instituição desde o início de suas atividades.

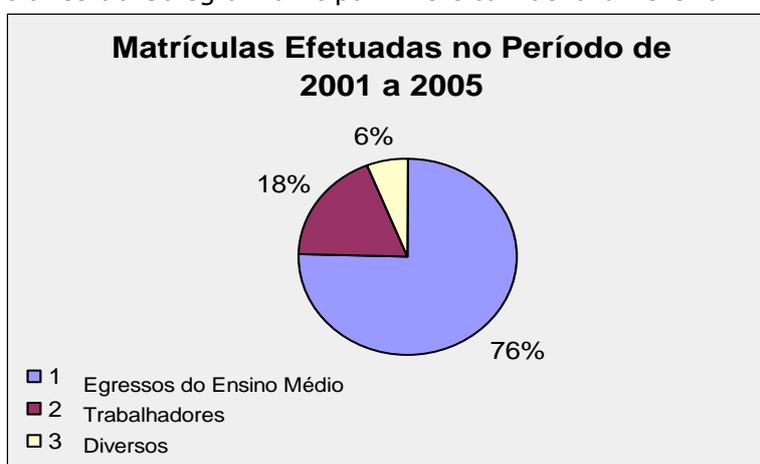
Habilitação	Concluintes
Magistério 1º Grau	1139
Técnico em Contabilidade	1195
Técnico em Enfermagem	30

O CMPAP, situado à Rua Coletor Clóvis Teixeira de Carvalho, nº 326, Bairro Nossa Senhora do Rosário, tem capacidade para atender a um número médio de 280 alunos por turno, e conta com a seguinte estrutura:

- 07 salas de aula amplas;
- 01 biblioteca;
- 01 laboratório de informática com 11 computadores funcionando em rede com programas atualizados na área
- Sala com recurso áudio - visual
- Retroprojeter
- 02 secretarias
- 01 sala de professores com banheiro
- 03 banheiros (02 masculinos/01 feminino)
- 01 cozinha
- 01 salão
- 02 salas para direção/supervisão

A instituição conta ainda com pessoal efetivo na área técnica profissional.

O perfil dos alunos atendidos na escola é bastante diversificado. O gráfico abaixo demonstra uma primeira aproximação dos elementos que compõem a demanda por ensino profissionalizante através do Colégio Municipal "Prefeito Abeilard Pereira".



Observa-se, entretanto, que além dos alunos que concluem o ensino médio, existe um número crescente de pessoas que trabalham no município e desejam a atualização e a capacitação profissional.

Atualmente, a expansão dessa demanda de caráter bastante heterogêneo se manifesta tão evidente que vários alunos buscam a alternativa de se profissionalizarem em outras cidades, conforme pode ser observado na tabela abaixo:

Alunos que buscam cursos de nível técnico em outros municípios

Ano	nº de alunos	Curso	Município
2003	40	Mecânica e Eletrônica	Barbacena
	12	Informática	Barbacena
	22	Enfermagem	Barbacena
Total	74	----	-----
2004	60	Mecânica e Eletrônica	Barbacena
	17	Informática	Barbacena
	16	Enfermagem	Barbacena
Total	93	----	-----
2005	60	Mecânica e Eletrônica	Barbacena
	05	Informática	Barbacena
	05	Hotelaria/Turismo	Barbacena
	01	Segurança do Trabalho	Barbacena
	04	Gestão de Negócios	Barbacena
	01	Ecologia/Meio Ambiente	Barbacena
	01	Nutrição	Barbacena
Total	77	---	---

Fonte: Departamento Municipal de Educação de Carandaí

Este fato justifica-se pelo aumento do número de estudantes nos 1^{os}, 2^{os} e 3^{os} anos do 2^o grau, que por sua vez, é decorrente do aumento do nº de estudantes matriculados no 1^o grau nas escolas do município, e, também, pelo aumento do número de estabelecimentos comerciais e de produção que sugerem uma melhor qualificação profissional, em razão da competitividade num mercado cada vez mais exigente.

Este dado pode ser ilustrado na tabela abaixo, a título de exemplo, através das informações fornecidas pela secretaria da E. E. Deputado patrus de Sousa:

Séries do Ensino Médio	nº de alunos
1. ^a	276
2. ^a	263
3. ^a	226

-Alunos matriculados em 2005-

Assim, verifica-se a existência de uma expressiva procura por cursos profissionalizantes em nossa cidade, constituída por pessoas que atendem os principais pré-requisitos para a aquisição de uma formação profissional que permita o desenvolvimento humano no trabalho e a busca por uma melhor qualidade de vida.

Outro dado relevante pode ser verificado no quadro abaixo que retrata o interesse, bastante diversificado, sobre cursos de nível técnico:

Cursos	Demanda
Informática	148
Segurança do Trabalho	46
Turismo e Hotelaria	38
Agricultura	28
Moda e Designer	19
Outros	17
Total	296

-Fonte: FAEC/UNIPAC/Carandaí/1^o semestre 2005-

Nos últimos anos, verificamos que os altos índices de evasão escolar, para o Curso Técnico em Contabilidade, têm mostrado que muitos dos alunos matriculados para o referido curso, não se identificam com a área, acabando por desistirem da habilitação.

O curso Técnico em Enfermagem foi instalado recentemente, para atender a demanda do mercado local e da região, carente de profissionais qualificados na área.

Seguem, abaixo, os quadros que retratam essa realidade:

Técnico em Contabilidade

	2000	2001/2002	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2004/2005*
Matrícula inicial	69	159	84	94	93	36
Evadidos	30	88	47	51	53	---
Aprovados	38	60	33	30	35	---
Reprovados	1	10	4	13	5	---
Transferidos	---	1	---	---	---	---
Matrícula Final	39	70	37	43	40	---

* em curso

Técnico em Enfermagem

	2003			2004			2005*		
	1 ^o módulo	2 ^o módulo	3 ^o módulo	1 ^o módulo	2 ^o módulo	3 ^o módulo	1 ^o módulo	2 ^o módulo	3 ^o módulo
Matrícula Inicial	43	---	---	---	34	31	43	41	---
Evadidos	4	---	---	---	3	1	3	---	---
Aprovados	38	---	---	---	31	30	39	---	---
Reprovados	1	---	---	---	---	---	1	---	---
Transferidos	---	---	---	---	---	---	---	---	---
Matrícula final	39	---	---	---	31	30	40	---	---

*** em curso**

O curso Técnico em Contabilidade estará encerrando suas atividades ao final do ano de 2005, com uma turma, em razão da Resolução nº 948, de 29 de novembro de 2002, do Conselho Federal de Contabilidade, que trata da expedição de registro para o profissional de nível técnico.

Diante das constatações elencadas que constituem o presente diagnóstico, o Colégio Municipal "Prefeito Abeilard Pereira" se propõe atuar na oferta de ensino profissionalizante, inspirado nos princípios de liberdade e igualdade e nos ideais de solidariedade humana, visando o pleno desenvolvimento da pessoa e ao seu preparo para o exercício da cidadania, através da preparação e habilitação para o trabalho.

PLANO DE AÇÃO

Prioridade	Objetivos	Metas	Ações	Cronog.	Respon.
Ofertar a Educação profissional	1-Ampliar a oferta de cursos básicos profissionais. 2-Formação técnica sem renuncia a capacidade de análise crítica. 3-Possibilitar a atualização e a capacitação dos profissionais da educação.	1-Atender à demanda existente, oferecendo um ensino de qualidade baseado nas perspectivas atuais. 2-Preparar o cidadão para o exercício profissional.	1-A partir da demanda existente, estruturar propostas de cursos profissionalizantes. 2-Viabilizar convênios ou parcerias com outras instituições para a realização de atividades práticas. 3-Promover estudos junto à Prefeitura Municipal sobre a implantação de cursos. 4-Atualizar e ampliar a biblioteca para estudos e pesquisas bibliográficas. Utilizar recursos de áudio e vídeo. Manter o município sempre informado sobre as ações realizadas pela escola, bem como de suas necessidades.	1- A partir de 2006 implantar o Curso Técnico em Gestão de Negócios. 2-A partir de 2006 promover, a cada 2 anos, a atualização e análise da demanda para a criação de novos cursos.	Prefeitura Municipal de Carandaí, Direção e Professores do Colégio Municipal Prefeito Abelard Pereira.

2.1.8 - EDUCAÇÃO ESPECIAL

*** Ano: 2001**

nº de alunos: 21 alunos

- 08 alunos do sexo feminino
- 13 alunos do sexo masculino

Ano de Nascimento	Nº de Alunos
1977	02
1979	01
1981	01
1982	01
1988	01
1989	01
1990	01
1991	02
1993	04
1994	02
1995	03
1996	01
1997	01

*** Ano: 2002**

nº de alunos: 22 alunos

- 08 alunos do sexo feminino
- 14 alunos do sexo masculina

Ano de Nascimento	Nº de Alunos
1977	02
1979	01
1981	01
1982	01
1988	01
1989	01
1990	01
1991	02
1993	05
1994	02
1995	03
1996	01
1997	01

*** Ano: 2003**

nº de alunos: 27 alunos

- 11 alunos do sexo feminino
- 16 alunos do sexo masculino

Ano de Nascimento	Nº de Alunos
1977	02
1979	01
1981	01
1982	01
1988	01
1989	01
1990	01
1991	04
1993	04
1994	04
1995	04
1996	02
1997	01

*** Ano: 2004**

nº de alunos: 25 alunos

- 07 alunos do sexo feminino
 - 18 alunos do sexo masculina
- (OBS: Houve 1 Falecimento /1 Transferência)

MATRÍCULA FINAL: 23 ALUNOS

Ano de Nascimento	Nº de Alunos
1963	01
1977	02
1979	02
1981	01
1982	01
1985	01
1987	01
1989	01
1991	03

1993	05
1994	01
1995	02
1996	04

Rede Física

Prédio onde Funciona a APAE é cedido, portando foi adaptada para sua instalação.

- 04 salas
- 01 sala para fonoaudióloga
- 01 sala para psicóloga
- 01 Brinquedoteca
- 01 sala para professores
- 01 sala da diretoria
- 01 sala de fisioterapia
- 01 refeitório
- 01 cozinha
- 06 banheiros
- 01 dispensa
- 01 pátio sem cobertura

O prédio é coberto por laje pré - moldada sem cobertura; sendo assim possui vazamentos e rachaduras. Tem piso e pintura, porém não está em boas condições.

Ações Educativas:

Projetos Complementares:

- Projeto Sorria Carandaí
- Meio Ambiente
- Semana do Excepcional
- Semana da Criança

Cronograma de Atividades:

- Todas as datas Comemorativas são trabalhadas. Através de projetos, atividades diversificadas:
 - Bingos
 - Rifas
 - Feijoada
 - Jantar Dançante

A Prefeitura Municipal de Carandaí contribui ainda com:

- Transporte Escolar
- Merenda Escolar
- Material de Limpeza

Material Escolar: Doações e Colaborações dos pais dos alunos.

Convênios:

- Prefeitura Municipal
- Poder Judiciário
- Sócios Contribuintes

Diagnóstico:

Concluimos que quanto ao Corpo Docente falta

- Cursos de Capacitação
- Cursos de BRAILLE e LIBRA
- Material pedagógico
- Pedagogo
- Secretária

- Escaninho para professores
- Valorização do Profissional

Quanto ao Corpo Docente é preciso melhorar os:

- Jogos Pedagógicos
- Material Escolar
- Fraldas
- Material de primeiros socorros
- Luvas
- Sabonete
- Toalha de banho
- Escaninho para cada aluno
- Horário integral
- Dentista
- Oftalmologista
- Assistente Social
- Neurologista
- Uniformes
- Equipamentos de informática com apoio à aprendizagem

E quanto à auxiliares de serviços gerais:

- Devido à demanda a escola necessitará de mais auxiliares de serviço
- Cursos de aperfeiçoamento (Culinária)

Há necessidade da construção de um prédio em conformidade aos requisitos de infra-estrutura para atendimento dos alunos especiais:

- Mais salas
- 01 Secretária
- Salas para profissionais da área de saúde com equipamentos adequados
- Biblioteca
- Sala de Recursos equipados
- Sala para ensino profissionalizante com equipamentos adequados.
- Sala de vídeo
- Cobertura na área
- Cozinha e refeitório maiores
- Parque inflável
- Oficinas Pedagógicas
- Banheiro adaptados para cadeirante
- Mobiliário completo
- Computador
- Vasilhame Industrial completo
- Cadeira de rodas
- Fogão com forno industrial
- Freezer
- Geladeira
- Cadeira higiênica
- Tanque

PLANO AÇÃO

PRIORIDADE	OBJETIVOS	METAS	AÇÕES	CRONO	RESPONSÁVEL
Assistência médica	Garantir à avaliação de forma a detectar problemas, oferecendo apoio adequado e tratamento	Ter acesso a Neurologia, Dentista e Oftalmologista e outros	-Consultas periódicas -Exames -Medicamentos -Material de primeiros socorros	Próximos três anos	Parcerias

Assistente Social	Conhecer e dar apoio global às famílias com dificuldades cotidianas	Melhorar a estrutura familiar dos educandos	-Visitas -Palestras	Próximos cinco anos	Parcerias
Equipamentos de Informática	Ampliar e dar apoio à aprendizagem	Facilitar a aprendizagem para maior desenvolvimento e conhecimento	-Jogos -Textos -Leitura -Desenhos	Próximos cinco anos	Parcerias
Auxiliares de serviço gerais	Melhorar a qualidade e quantidade do trabalho prestado pelo servidor	Atendimento adequado de acordo com a demanda	-Cursos de aperfeiçoamento	Próximos três anos	Parcerias
Construção de um prédio em conformidade aos requisitos de infra-estrutura para atendimento dos alunos especiais	Redimensionar conforme necessidades da clientela incrementando o prédio de forma a favorecer e apoiar a integração dos educandos com necessidades especiais	Favorecer um ambiente com melhores condições de funcionamento	-Salas de recursos -Salas espaçosas -Oficinas Pedagógicas e profissionalizante -Banheiros adequados -Cozinha e refeitório -Área coberta -Parque inflável	Próximos cinco anos	Parcerias e Campanhas
Cursos de Capacitação	Incluir nos currículos de formação de professores, conteúdos e disciplinas específicas, para capacitação ao atendimento dos alunos especiais	Capacitação para 100% dos profissionais da educação	-Curso de Braille e Libras; Educação Profissional na Educação Especial; Deficiência Mental e processos de desenvolvimento	Próximos três anos	Parcerias
Material Pedagógico	Tornar disponíveis livros didáticos que atendem as necessidades de cada educando e educador	Que todos os alunos tenham acesso a livros didáticos de acordo com suas necessidades	Livros Escaninhos Jogos Pedagógicos Material Escolar	No período de cinco anos	Parcerias e Campanhas
Pedagogo	Articular as ações de educação especial e estabelecer mecanismos de cooperação de educação para o trabalho	Dar suporte a equipe escolar	Palestras e Debates Orientação individual ou em grupo	Próximos três anos	Parcerias

2.1.9 - FORMAÇÃO DOS PROFESSORES E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

O PLANO ESTABELECE AS SEGUINTE AÇÕES QUE VISAM A FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

1º) PLANO DE CARREIRA:

- Viabilizar o plano de carreira em caráter emergencial, prevendo carga de trabalho, períodos de estudos, planejamento, avaliação, piso salarial, progressão funcional não só pela titulação, mas também, na avaliação de desempenho;
- Definir medidas integradoras para todos os participantes do sistema, a fim de que os conflitos gerados pela divisão de trabalho ocorram o mínimo possível;
- Estabelecer a divisão de trabalho e distribuição de papéis:
 - **Papel do Diretor:** é do diretor da escola a responsabilidade máxima quanto à consecução eficaz da política educacional do sistema e desenvolvimento pleno dos objetivos educacionais, organizando, dinamizando e coordenando todos os esforços nesse sentido, e controlando todos os recursos para tal;
 - A fim de desincumbir-se de seu papel, o diretor assume uma série de funções, tanto de natureza administrativa, quanto pedagógica. Do ponto de vista administrativo, compete-lhe, por exemplo, a:
 - Organização e articulação de todas as unidades componentes da escola;
 - Controle dos aspectos materiais e financeiros da escola;
 - Articulação e controle dos recursos humanos;
 - Articulação da escola com o nível superior de administrativo do sistema educacional;
 - Formulação de normas, regulamentos e adoção de medidas condizentes com os objetivos e princípios propostos;
 - Supervisão e orientação a todos aqueles a quem são delegadas responsabilidades;

Do ponto de vista pedagógico, é de sua alçada, por exemplo, a:

- Dinamização e assistência aos membros da escola para que promovam ações condizentes com os objetivos e princípios educacionais propostos;
- Liderança e inspiração no sentido de enriquecimento desses objetivos e princípios;
- Promoção de um sistema de ação integrada e cooperativa;
- Manutenção de um processo de comunicação claro e aberto entre os membros da escola e entre a escola e a comunidade;
- Estimulação à inovação e melhoria do processo educacional;

O papel do professor: constitui-se, basicamente, em ajudar o educando a aprender em todos os aspectos, isto é, na aquisição e desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, hábitos, atitudes, valores, ideais ou qualquer tipo de aprendizagem ainda não desenvolvida e julgada importante e necessário para o educando tanto pessoal como socialmente.

O papel da Supervisão Escolar: o papel do supervisor escolar se constitui, na somatória de esforços e ações desencadeadas com o sentido de promover a melhoria do processo ensino-aprendizagem:

- Desenvolver o processo de assistência e coordenação da ação dos professores, bem como a melhoria:
 - dos materiais de instrução;
 - dos programas curriculares;
 - do processo de avaliação dos alunos;
 - do desempenho do professor, outros.

Melhoria do desempenho do professor, isto é, o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes dos mesmos em relação ao processo ensino-aprendizagem.

- A falta de uma assistência ao professor quanto a seu desempenho em sala de aula é considerado como uma das importantes causas de embaraço do processo educativo. Portanto, parece crucial que o supervisor escolar preste ao professor uma assistência sistemática, no sentido de melhoria contínua do seu desempenho.

O papel do Orientador Educacional: a posição que a orientação educacional tem assumido é a atuação direta ao aluno e a prestação de serviços. Segundo um novo enfoque, o orientador educacional assume o papel de assistência ao professor no sentido de que o mesmo possa desenvolver uma ação educativa integrada, pela consideração aos aspectos do educando, juntamente com os cognitivos e psicomotores e pela promoção do desenvolvimento desses três aspectos. E ainda para que o professor possa entender e atender às necessidades dos educandos, mediante análise da dinâmica do relacionamento interpessoal de sua turma, observação objetiva de comportamentos e reações, etc.

O centro de atenção máxima da escola deve ser o aluno dele e, portanto, para ele. A sua organização, em qualquer um dos aspectos, deve ter em vista a consideração do fim precípuo a que a escola se destina: a criação de condições e situações favoráveis ao bem-estar emocional do educando, e seu desenvolvimento em todos os sentidos: cognitivo, psicomotor e afetivo, a fim de que o mesmo adquira habilidades, conhecimentos e atitudes que lhe permitam fazer face às necessidades vitais e existenciais.

Na promoção dessas condições e situações, um dos fatores mais decisivos é o professor. Suas atitudes, práticas, desempenhos promovem um impacto significativo no educando, pois elas influem na imagem de si mesmos, e, é claro, em aspectos particulares de sua aprendizagem. Portanto, toda atenção deve ser dada ao desenvolvimento de atitudes e habilidades, conhecimento do professor para que possa promover um processo educativo relevante.

- Promover e reforçar o ponto de vista de ação integrada.
- Criar condições favoráveis ao máximo desenvolvimento das potencialidades da comunidade escolar.

2º) PISO SALARIAL DE ACORDO COM A CARREIRA

- Analisar, rever o piso salarial de toda a categoria, que deverá atingir um patamar Profissional. O salário precisa indicar a dignidade da sociedade em que atua, por conta do compromisso com a cidadania e respectiva ética. E não se pode trabalhar cidadania de maneira adequada utilizando quem não é cidadão pleno.
- Progressão funcional não só na titulação ou habilitação, mas também na avaliação de desempenho.
- Manter sempre atualizado o piso salarial.
- Conservar a data base estabelecida para o pagamento do funcionalismo, pois, esta é uma das maiores atitudes de respeito que um administrador público pode ter com o seu funcionalismo, bem como respeitar os seus direitos adquiridos, férias-prêmio.
- Viabilizar o pagamento de direitos e vantagens aos profissionais designados como por exemplo: quinquênio, incorporação do abono ao salário, gratificação por avaliação de desempenho dos profissionais designados como por exemplo: quinquênio, incorporação do abono ao salário, gratificação por avaliação de desempenho dos profissionais, ajuda de custo para ajudante de serviços gerais.

3º) TURMAS SUPERLOTADAS:

- Fazer um trabalho de sensibilização da comunidade escolar e governante a respeito da formação de turmas, seguindo critérios da legislação vigente e observar preferencialmente alunos com necessidades especiais, procurando atender a todos, mas sem que haja prejuízos no processo ensino-aprendizagem, conforto e bem estar dos alunos e professores.
- Sugestão: montar turmas com no máximo 30 (trinta) alunos regulares e no caso de operacionalização da inclusão cerca de dois alunos com necessidades especiais, para no máximo 28 (vinte e oito) regulares, observando-se também critérios de desenvolvimento escolar, faixa etária e necessidade especiais.
- Atender estes alunos observando-se a rede física e primar pela qualidade do atendimento, da aprendizagem, saúde e formação.

4º) ASSISTÊNCIA MÉDICA:

- Implantar um sistema de assistência médica, incluindo atendimento odontológico e psicológico na rede municipal de ensino.

- Perseguir a dignidade no atendimento médico na rede estadual, uma vez que contribuímos para tal atendimento e não estamos usufruindo (principalmente interior do estado).

5º) DESVALORIZAÇÃO DO PROFISSIONAL:

- Promover um ambiente de cooperação, reciprocidade, em que todos os participantes do processo educativo atuam como companheiros que tem muito a contribuir com suas percepções, experiências, conhecimentos e habilidades na análise e decisão sobre problemáticas do dia-a-dia do processo educativo.
- Trabalhar o tratamento de respeito e ética com toda a comunidade escolar.
- Perseguir a dignidade profissional (avançar na organização profissional e sindical, ir além de requisitos salariais, buscando autonomia gerencial, qualidade gerencial e de aprendizagem, bem como investimentos em recursos diversos e apoio psicopedagógico).
- Buscar alternativas de apoio à pesquisa como princípio formativo.
- Destinar recursos para atualização e resgate do professor como parte integrante de sua formação.
- Definir critérios claros e exigentes de desempenho profissional, valorizando a dedicação, compromisso e cumprimento do plano de trabalho.
- Colaborar com atividades de articulação da escola com as famílias e comunidade.
- Desenvolver um sistema de avaliação onde as escolas devem se enxergar na avaliação. Não basta saber que o problema existe, é preciso propor mecanismos para solucioná-lo.
- Trabalho coletivo interdisciplinar.
- Defender o compromisso com a aprendizagem do aluno e conseqüente qualidade formal e política do professorado.
- Implantar uma avaliação cooperativa dos profissionais com julgamento ético.
- Garantir o direito de estudar sempre, como parte do desenvolvimento profissional, bem como a capacitação em serviço.
- Os profissionais da educação podem e devem cuidar de se renovar profissionalmente.
- Manter sempre atualizado e em dia o pagamento dos profissionais da educação. Orientar nossos governantes nos seguintes aspectos:
 - O ganho do professor não pode ter como base o "salário mínimo", porque este não sinaliza inserção adequada no mercado, e traduz sempre desvalorização profissional, além do mais, leva, naturalmente, à seleção negativa dos profissionais.
 - Quanto ao período de férias, que eles não ocupem o tempo destinado ao descanso com inscrições e reuniões para designações. (Estado).
- Buscar uma educação que favoreça a articulação entre conhecimento e a vida, identificando os conceitos que perpassam por todas as áreas do saber. Uma educação que valorize a cultura, que respeite os espaços e os tempos, que busque conhecer o aluno como pessoa, que promova as relações pedagógicas, uma educação formativa.
- Conjuguar a visão metodológica com a visão sociopolítica, tendo como horizonte unificar as categorias da educação e do conhecimento.
- Dominar novas tecnologias e capacidades para integrá-las à prática.
- Desenvolver o compromisso de cumprir a carga horária de cursos de atualização, palestras e reuniões.
- Ensinar por competências: gente que pense tome iniciativas, expresse pensamentos e idéias, saiba ouvir o outro e trabalhar em grupo.
- Aplicar as diretrizes curriculares nacionais dos níveis e modalidades da educação básica, utilizando-se de atividades didáticas que levem a uma integração entre ciência e tecnologia, à familiaridade com códigos e ferramentas indispensáveis à integração com o meio social, em articulação com o conhecimento e o trabalho.
- Desenvolver uma gestão democrática, baseada no método de consultoria e aplicação dos princípios da administração pública de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- Promover atividades que despertem a consciência do cidadão, principalmente:
 - as desigualdades, baseadas no individualismo, na ganância e no egoísmo;
 - as discriminações que segregam e dividem as pessoas segundo o sexo, a raça, a nacionalidade, a cor, o credo, a convicção política, o gosto, etc.
 - o autoritarismo, fundamentado na prepotência, no árbitro e na força;
 - a violência que se manifeste na competição da vida social, da vida econômica, etc.
 - a corrupção que usurpa do povo aquilo que é seu por direito;

- a impunidade, que é fruto do não cumprimento da justiça;
- a indiferença e a passividade de todos nós, que vivendo um certo bem estar ou quando muito apenas constatamos com tristeza, nos esquecendo de que a luta alheia ou quando muito apenas constatamos com tristeza, nos esquecendo de que a luta pelos direitos humanos é, mais que tudo, coletiva, e muito menos individual.

7º) ESCASSEZ DE PROFISSIONAIS DE APOIO:

- Proporcionar um serviço de apoio com seguintes profissionais (psicólogos, fonoaudiólogos, neurologistas, nutricionistas e sexólogos), para desenvolver bem as principais áreas de abrangência da Orientação Educacional (orientação escolar, psicológica, profissional, da saúde, recreativa e familiar).

8º) CURSOS DE ATUALIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO:

- Promover cursos, palestras, reflexões, reuniões para troca de experiências, visando à formação permanente do profissional da educação e o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.
- Garantir a frequência e o cumprimento da carga horária, uma vez que fazem parte da formação continuada do profissional.

9º) FALTA DE RECURSOS DIDÁTICOS E TECNOLÓGICOS:

- Implementar tecnologias centradas nos alunos, especiais ou não. Sejam elas de comunicação ou informação.
- Utilizar múltiplos e adequados recursos de apoio paralelo, como livros paradidáticos, palestras, cursos, teatros, laboratórios, oficinas, etc.
- Promover seminários abordando temas que preparem os alunos para o exercício da cidadania e para a vida em sociedade como: meio ambiente, tabagismo, alcoolismo, drogas, gravidez na adolescência, doenças sexualmente transmissíveis, trabalho e consumo, educação para o trânsito, respeito, ética, família, violência, discriminações, corrupção e tudo que fere os direitos humanos.
- Garantir todos os materiais essenciais ao exercício da função.

10º) FALTA DE UNIÃO DA CLASSE:

- A categoria precisa saber organizar a qualidade de sua profissão, impondo além de requisitos salariais, critérios de desempenho profissional, além de zelar pela qualidade da escola e defender o compromisso com a qualidade da aprendizagem do aluno e conseqüente qualidade da aprendizagem do aluno e conseqüente qualidade formal da educação.
- Exigir das autoridades governamentais diretrizes e aplicação de recursos visando a qualidade do sistema educacional.
- Perseguir a dignidade profissional.
- Promover um ambiente de cooperação, reciprocidade, união para que todos possam contribuir com suas percepções, experiências, conhecimentos e habilidades.
- Buscar o aprimoramento e ajudar os iniciantes.
- Envolver todo o contexto escolar na melhoria da disciplina, estabelecendo normas de conduta e trabalhá-las com os alunos.
- Orientar o seu trabalho com o desejo de melhorar como servidor.
- Promover o trabalho em grupo envolvendo todas as áreas do conhecimento.

11º) DISCIPLINA DOS ALUNOS:

- Envolver toda a equipe pedagógica e família na solução dos problemas de disciplina da escola.
- Estabelecer regras de comportamento da escola, no início do ano, para alunos e seus responsáveis.
- Promover atividades estimulantes e a participação dos alunos nas mesmas como: atividades esportivas, culturais, palestras, dinâmicas, excursões, teatro, gincana, sempre estabelecendo normas disciplinares de acordo com a situação.
- Conscientização dos alunos sobre comportamentos inadequados que podem gerar conseqüências sérias.

- Desenvolver atitudes como confiança na capacidade de construir, resolver problemas, respeito e solidariedade, superando o individualismo.
- Apoio do poder público, depois de esgotados os recursos utilizados no contexto escolar.

12º) FALTA DE ASSISTÊNCIA FAMILIAR:

- Utilizar sempre o recurso de apoio da família, mostrando a importância da participação da mesma no processo educativo de seus filhos.
- Que a família assuma a responsabilidade pela qualidade na realização de tarefas propostas, visando o pleno desenvolvimento do educando.
- Desenvolver com o filho parceria na realização de tarefas educativas como por exemplo: assistir um jogo, teatro, construção de maquetes, visitas a museus, cidades históricas, pesquisas, etc. Atividades que promovam uma cumplicidade e que os pais podem estar juntos participando com ele do processo educativo.
- Promover atividades culturais nas escolas a fim de viabilizar a participação dos pais.
- Promover palestras no decorrer ao ano com temas interessantes docentes, discentes e toda a comunidade escolar.
- Projetos de sensibilização envolvendo as famílias.

13º) OPERACIONALIZAÇÃO DA INCLUSÃO:

- Capacitar os professores das classes comuns, em progressão continuada, para assumir, com a devida competência, as classes inclusivas, que não deixam de ser muito especiais, difíceis, mas não impossíveis.
- Distribuir os alunos com necessidades especiais (cerca de dois, para, no máximo, 28 alunos regulares) pelas várias classes, de acordo com seu desenvolvimento escolar e sua faixa etária. Não é recomendável agrupar alunos com necessidades especiais relacionadas a diferentes dificuldades, como, por exemplo: cegos e surdos; hiperativos bem -dotados com deficientes mentais, e assim por diante. Também não é recomendável agrupar alunos com as mesmas necessidades. A segregação, no entanto, poderá ser extraordinária e transitória - somente em períodos críticos ou de reeducação específica, como é o caso da dislexia, discalculia e outras dificuldades que exigem tecnologias muito diferenciadas e/ou consideradas de difícil recuperação ou de alto risco.
- Garantir acompanhamento e orientação de equipe multidisciplinar, dentro ou fora da escola.
- Buscar uma visão abrangente e otimista, dirigida para os aspectos positivos do aluno, para além do processo de minimizar a deficiência propriamente, mas dar oportunidade à descoberta e ao desenvolvimento os talentos.
- Possibilitar a formação global do aluno, enfatizando o desenvolvimento das inteligências múltiplas, autonomia, auto-estima, disciplina, honestidade, responsabilidade e solidariedade - competências consideradas básicas pela UNESCO.
- Utilizar múltiplos e adequados recursos de apoio paralelo.
- Flexibilizar e realizar e adaptação curricular, assegurando a integridade e a terminalidade dos cursos básicos (infantil, fundamental e médio).
- Implementar tecnologias centradas nos alunos, especiais ou não.
- Valorizar a avaliação adaptada, formativa de recomeço, comprometida com uma nova abordagem rumo à inclusão, mas nunca aquela promoção automática, pela qual o aluno é enganado, desrespeitado, prejudicado e promovido a uma exclusão cada vez mais nociva ao cidadão e à sociedade.
- Promover uma orientação inovadora, apoiando alunos e familiares, numa ótica real, mas prospectiva e otimista, de acordo com a realidade de cada um, para sobreviver e conviver, com dignidade, nesse século XXI, nesse mundo que devemos tornar cada vez melhor.
- Construir uma escola sem adjetivação, mas fruto de um bom sistema educacional, em primeiro lugar, produto de nossa herança cultural própria (não importada), capaz de transmitir valores éticos e morais que habilitem à cidadania e qualifiquem os jovens para participação honrosa no processo da construção da base material de nacionalidade: trabalhando, conservando, transformando-se com ela, produzindo bens acessíveis a toda população, preferencialmente com horário integral, assistência alimentar, médica e psicopedagógica, necessárias não apenas para aqueles que aprendem diferentes, mas para todos, pois somos todos especiais, únicos e diferentes, apesar de iguais.

- Operacionalizar as condições para que haja, realmente, essa igualdade na diversidade, por uma melhor qualidade de vida para todos, o que é missão e função da escola, seja ela pública ou particular.

14º) RESPEITAR OS DIREITOS ADQUIRIDOS:

- Cobrar sempre dos nossos representantes governamentais aquilo que é seu por direito. Dentro dos princípios da administração pública que são: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- Que a categoria permaneça sempre unida na luta pelos seus direitos fundamentais e coletivos.
- Não aceitar a indiferença, as desigualdades do poder público com a nossa classe.

15º) DESINTERESSE DOS ALUNOS:

- Cobrar da família maior participação nas atividades educativas.
- Enfrentar a ignorância, porque este nega a capacidade de cada um encontrar soluções.
- Desenvolver um ensino de forma contextualizada e interdisciplinar.
- Aproveitar ao máximo as relações existentes entre o conteúdo e o contexto pessoal dos alunos.
- Apoio à pesquisa a atividades culturais e esportivas, bem como oficinas de arte.
- Desenvolver atitudes de respeito ao outro, ao ambiente e toda a coletividade.
- Proporcionar material atualizado e contextualizado.
- Possibilitar a formação global dos alunos, enfatizando o desenvolvimento das inteligências múltiplas, autonomia, auto-estima, disciplina, honestidade, responsabilidade e solidariedade.

16º) FORMAÇÃO ADEQUADA:

- Capacitar os profissionais, em progressão continuada para assumir com devida competência suas funções.
- Sólida formação teórica nos conteúdos específicos a serem ensinados na Educação Básica, bem como nos conteúdos especificamente pedagógicos.
- Ampla formação cultural.
- Atividade docente com foco formativo.
- Contato com a realidade escolar desde o início até o final do curso, integrando a teoria à prática pedagógica.
- Domínio das novas tecnologias de comunicação e da informação e capacidade para integrá-las à prática do magistério.
- Análise dos temas atuais da sociedade, da cultura e da economia.
- Inclusão das questões relativas à educação dos alunos com necessidades especiais e das questões de gênero e de etnia nos programas de formação.
- Trabalho coletivo interdisciplinar.
- Vivência, durante o curso, de formas de gestão democrática do ensino.
- Desenvolvimento do compromisso social e político do magistério.
- Conhecimento e aplicação das diretrizes curriculares nacionais dos níveis e modalidades da educação básica.

17º) DESMOTIVAÇÃO PARA O BOM DESEMPENHO:

- Questão salarial.
- Descaso das autoridades para melhorar as questões educacionais.
- Falta de comprometimento familiar no processo de educação dos filhos.
- Falta de infraestrutura e recursos adequados para o bom desenvolvimento da função.
- Resgatar a auto-estima dos profissionais da Educação.
- Falta de incentivo (muitas críticas, poucos recursos).
- Faculdades despreparadas gerando profissionais desqualificados.
- Falta de bons cursos de aprimoramento.
- Falta de compromisso das famílias nas atividades educativas.
- Movimento popular visando o resgate de nossa dignidade salarial.
- Adequação das condições da escola.

18º) DIFICULDADES DOS PROFISSIONAIS EM ACOMPANHAR MUDANÇAS CURRICULARES

A educação visa ao desenvolvimento do ser humano por meio do fortalecimento da auto-estima, do autoconceito e da identidade. É necessário empreender ações que incluam como referência e meta o desenvolvimento humano, a fim de serem criadas condições para que cada indivíduo descubra seus potenciais.

Devemos desenvolver atividades esportivas, jogos, brincadeiras, porque nesses momentos lúdicos, são vivenciadas situações em que se desenvolvem as seguintes competências:

- Competência cognitiva, que é a capacidade de compreender, de dar significado às coisas e de transformar a realidade (aprender a conhecer);
- Competência pessoal, que faz florescer a auto-estima, a autoconfiança e autodeterminação, fatores determinantes para o desenvolvimento do projeto de vida (aprender a ser);
- Competência social, que implica cooperação, solidariedade e respeito pelo outro (aprender a conviver);
- Competência produtiva, que engloba o saber trabalhar em grupo, a criatividade, a organização e a organização e a cooperação (aprender a fazer);

Com a crise da autoridade familiar, a função social educadora passa para os professores, como um currículo oculto.

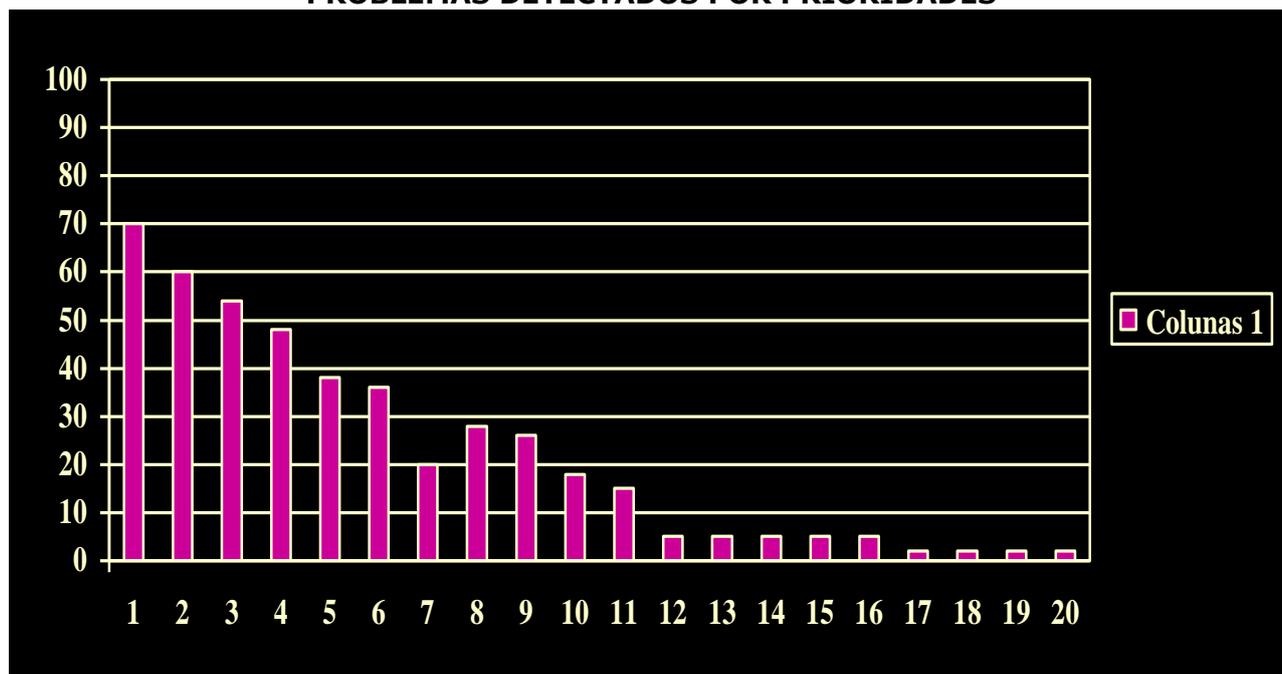
É trabalho do educador constituir ideais humanistas de igualdade e cooperação, mesmo que o mundo real não se espelhe nesses ideais.

Espera-se que ele "eduque" essa força interna presente em todo o ser humano. Uma das ações que o educador pode exercer é o papel de guia, privilegiando saídas criativas e negociadas.

O currículo deve centrar-se em atividades, projetos e problemas e, antes de tudo, ser "extraído das atividades naturais da humanidade". O critério central há de ser o de transformar a escola em um lugar onde a criança cresce em inteligência, em visão e em comando sobre a vida. A educação é um processo ativo, que envolve os esforços ativos do próprio aluno. Em geral, este só aprende aquelas coisas que faz. Se as situações escolares versam sobre assuntos de interesse para o aluno, ele participará, assim a lidar eficientemente com essas situações.

Sugerimos, finalmente, que o currículo oculto, metodologia, relação professor-aluno e avaliação devem ser tratadas de forma articulada. Somente assim poderemos superar as dicotomizações ainda encontradas na tendência crítica e oferecer ao especialista e ao professor princípios que o auxiliem a bem desenvolver práticas pautadas em interesses emancipatórios.

PROBLEMAS DETECTADOS POR PRIORIDADES



LEGENDA

- 1) Plano de Carreira
- 2) Piso Salarial
- 3) Turmas Superlotadas
- 4) Incorporação do Abono ao Salário (Rede Municipal)
- 5) Assistência Médica
- 6) Desvalorização do Profissional
- 7) Escassez de Profissionais de Apoio (Psicólogos, Sexólogos, Fonoaudiólogos, neurologistas e nutricionistas etc)
- 8) Cursos de Atualização e Capacitação
- 9) Falta de recursos Didáticos e Tecnológicos
- 10) Falta de União da Classe
- 11) Indisciplina de Alunos
- 12) Falta de assistência Familiar
- 13) Operacionalização da Inclusão
- 14) Respeitar os Direitos Adquiridos
- 15) Desinteresse por parte dos Alunos
- 16) Formação Adequada
- 17) Desmotivação para um Bom Desempenho do Trabalho
- 18) Gratificação por Avaliação dos Profissionais (Rede Municipal)
- 19) Ajuda de Custo para Auxiliar de Serviços Gerais
- 20) Dificuldade dos Profissionais em Acompanhar Mudanças Curriculares

PLANO DE AÇÃO

Prioridade	Objetivos	Metas	Ações	Cronog.	Respon.
Piso salarial de acordo com a carreira	*Perseguir a dignidade profissional	*Elaboração e execução do plano de carreira	*Definir critérios claros exigentes de desempenho profissional; *Orientar nossos governantes no sentido de que o ganho do professor não pode ter com base o salário mínimo, porque gera desvalorização profissional, além do mais gera seleção negativa dos profissionais	A partir de 2006	Departamento Municipal de Educação SEE
Turmas superlotadas	*Sensibilizar a comunidade escolar e governantes a respeito da formação de turmas	*Montar turmas com no máximo 30 alunos regulares; *No caso da operacionalização da inclusão 30 alunos, sendo que 28 regulares e 2 especiais.	*Atender estes alunos observando-se a rede física e primar pela qualidade do atendimento, da aprendizagem, da saúde e da formação.	A partir de 2006	Departamento Municipal de Educação SEE
Formação, atualização e capacitação	*Capacitar os profissionais em progressão continuada para assumir com devida competências as suas funções	*Proporcionar sólida formação teórica dos conteúdos; *Domínio das novas tecnologias de comunicação e informação.	*Promover cursos, palestras, reflexões, reuniões para trocas de experiências, visando à formação permanente do profissional da educação e o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva; *capacitar os profissionais em progressão continuada para assumir com devida competência, com ampla formação cultural	A partir de 2006	Departamento Municipal de Educação SEE
Assistência Médica	*Perseguir a dignidade no atendimento médico, principalmente na rede estadual	*Implantar um sistema de assistência médica, incluindo atendimento odontológico;	*Implantar um sistema de assistência médica, incluindo atendimento odontológico	A partir de 2006	Departamento Municipal de Educação

2.1.10 - FINANCIAMENTO E GESTÃO

Rede Municipal

- 25 escolas

- 14 atendem educação infantil
- 21 o Ensino Fundamental de 1ª à 4ª série
- 1 o Ensino Fundamental de 5ª à 8ª série
- 1 o Ensino Técnico e Profissionalizante
- 2 creches
- 315 funcionários
- 3.031 alunos

Rede Estadual

- 3 escolas
- 2 atendendo de 1 a 4 serie ao Ensino Médio
- 1 atendendo 5 a 8 serie ao Ensino Médio e EJA a nível de ensino Médio
- 238 funcionários
- 2554 alunos

Rede Particular

- 4 escolas
- 2 atendendo da educação infantil ao ensino médio
- 1 atendendo apenas educação infantil
- 1 atendendo o ensino superior
- 65 funcionários

Transporte Escolar

Intramunicipal

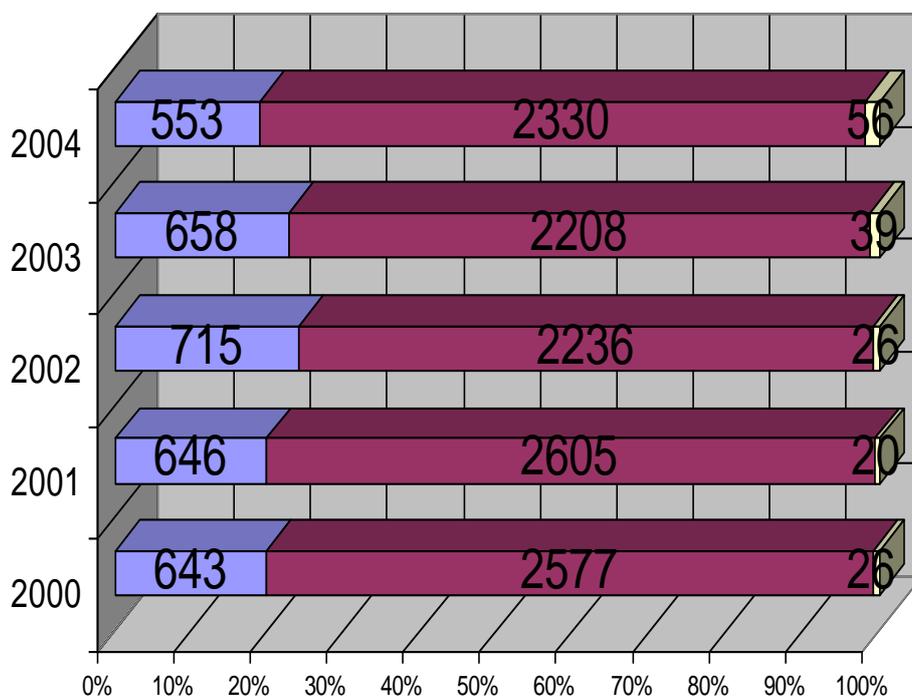
- 38 linhas
- Atendendo aproximadamente 2000 alunos em três turnos
- Gasto como serviços de terceiros pessoas física (motoristas e manutenção) e jurídicas (empresas)

Intermunicipal

Atende ensino superior e profissionalizante

- 6 linhas
- 4 para Barbacena
- 2 para C. Lafaiete
- Aproximadamente 350 alunos

Abrangência da Educação Municipal em Carandaí



	2000	2001	2002	2003	2004
Creche	26	20	26	39	56
Ensino Fundamental	2577	2605	2236	2208	2330
Educação Infantil	643	646	715	658	553

Recursos da Educação Municipal

PNAC - Programa Nacional de Alimentação da Creche

- Só alimento para creche.

PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola

- Para caixa escolar: material de consumo e permanente.

PNAT - Programa Nacional de Atendimento ao Transporte Escolar

- Só manutenção de transporte escolar do E. F.

PNAI - Programa Nacional de Alimentação Escolar

- Merenda Escolar: só Ensino Fundamental

QESE - Quota Salário Educação

- Pequenas reformas

- Material de Consumo

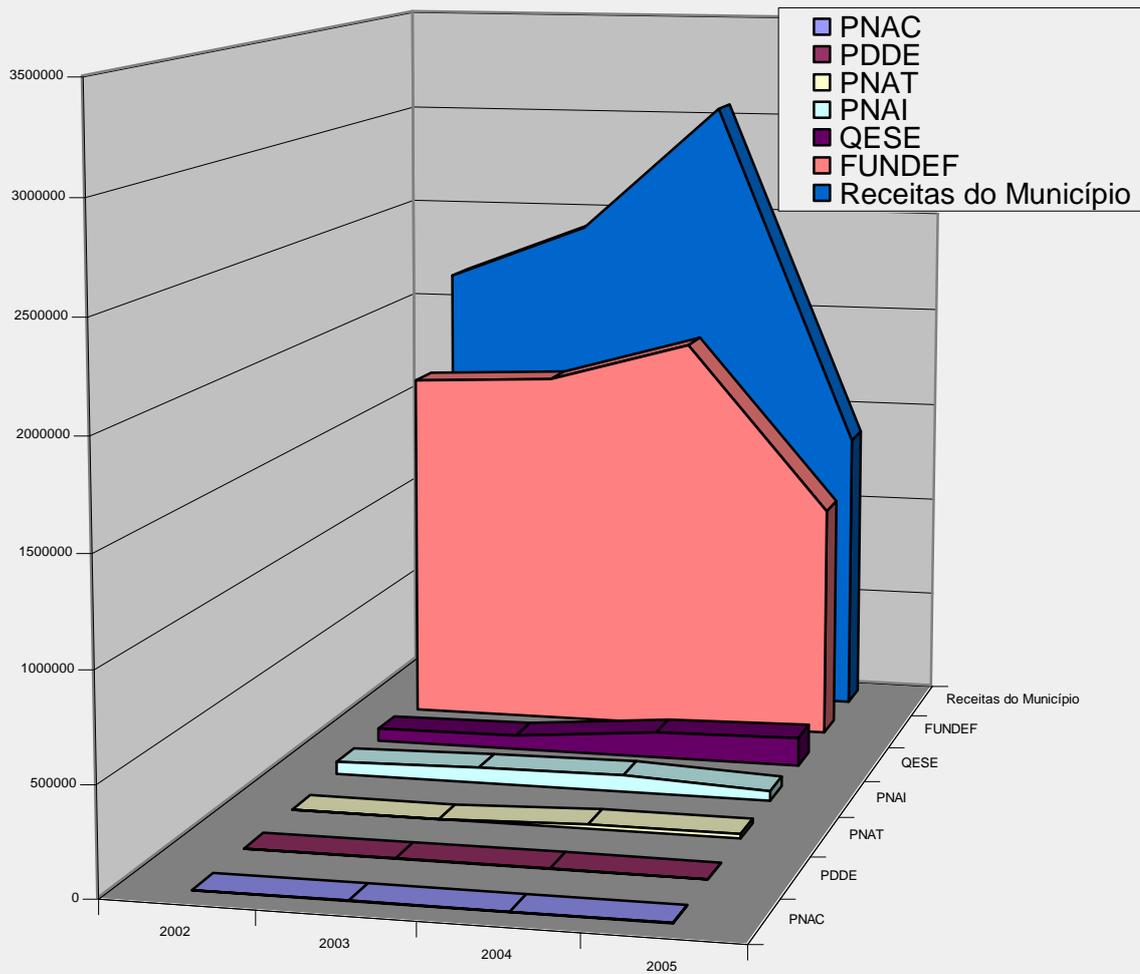
- Material Permanente

- FUNDEF - Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental

- Salários (60 % no mínimo)

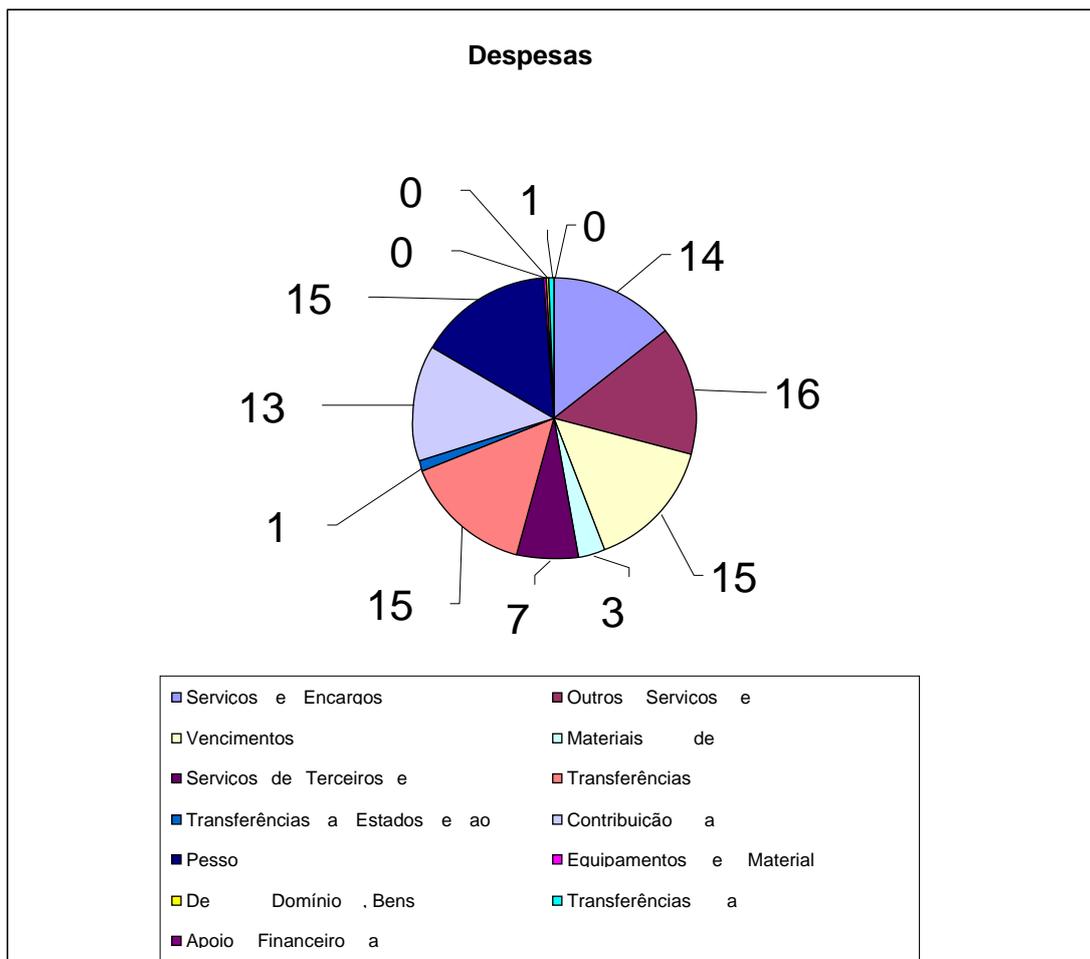
- Reformas, material escolar, transporte - para o E. F.

RECEITAS PARA EDUCAÇÃO MUNICIPAL EM CARANDAÍ



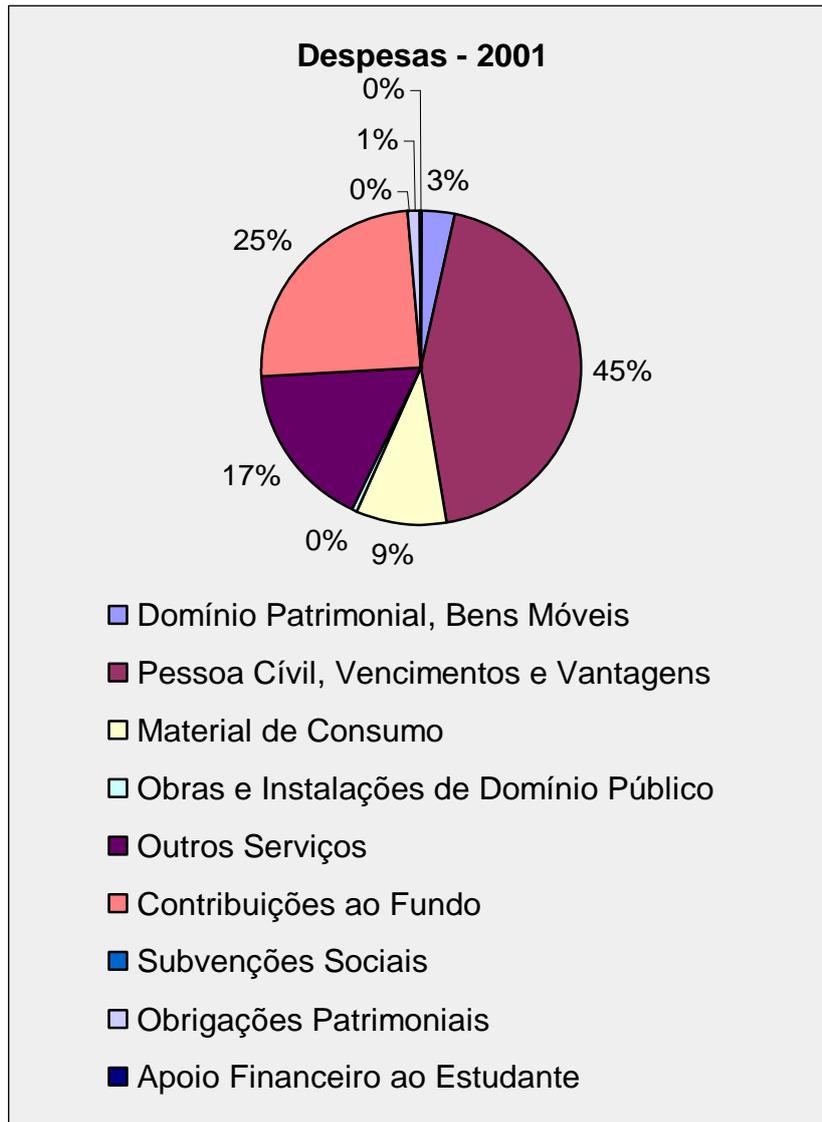
	2002	2003	2004	2005
PNAC	0	1.060,02	855,36	1.512,00
PDDE	0	2.500,00	2.500,00	0
PNAT	0	0	20.213,70	20.711,10
PNAI	60.044,40	74.516,00	78.742,80	46.703,80
QESE	60.426,44	66.901,80	122.165,47	136.570,20
FUNDEF	1.704.558,90	1.736.731,70	1.933.605,20	1.126.230,00
Receitas do Município	2.157.503,83	2.426.934,65	3.053.594,28	1.370.671,42

DESPESAS DE 2000



DESPESAS	VALOR R\$
Serviços e encargos diversos	894.489,40
Outros serviços e encargos	931.736,20
Vencimentos e vantagens fixas	939.413,18
Materiais de consumo	197.060,63
Serviços de terceiros e encargos	430.592,24
Transferências intragovernamentais	906.491,66
Contribuição a fundos	838.340,38
Transferências a Estados e ao DF	68.151,28
Pessoal	959.208,64
Equipamento e material permanente	15.490,00
De domínio patrimonial e bens móveis	15.490,00
Transferências a pessoas	40.721,38
Pessoal militar	8.035,81
Apoio financeiro	222,00
TOTAL	6.227.442,50

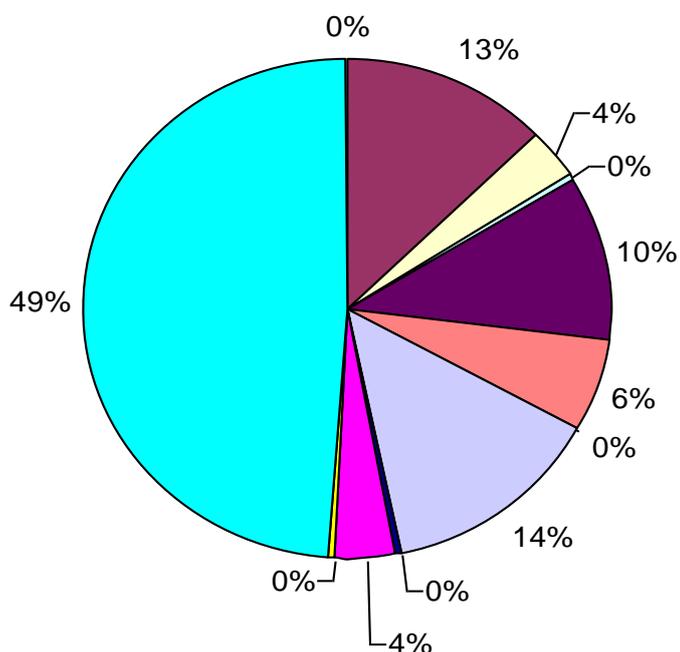
DESPESAS 2001



DESPESAS	VALOR \$
Domínio patrimonial e bens móveis	96.606,70
Pessoa civil, vencimentos e vantagens	1.325.977,50
Material de consumo	281.641,97
Obras e instalações de domínio público	11.789,10
Outros serviços	510.698,03
Contribuições ao fundo	730.029,61
Subvenções sociais	3.200,00
Obrigações patrimoniais	32.895,15
Apoio financeiro ao estudante	9.125,69
TOTAL	3.001.963,50

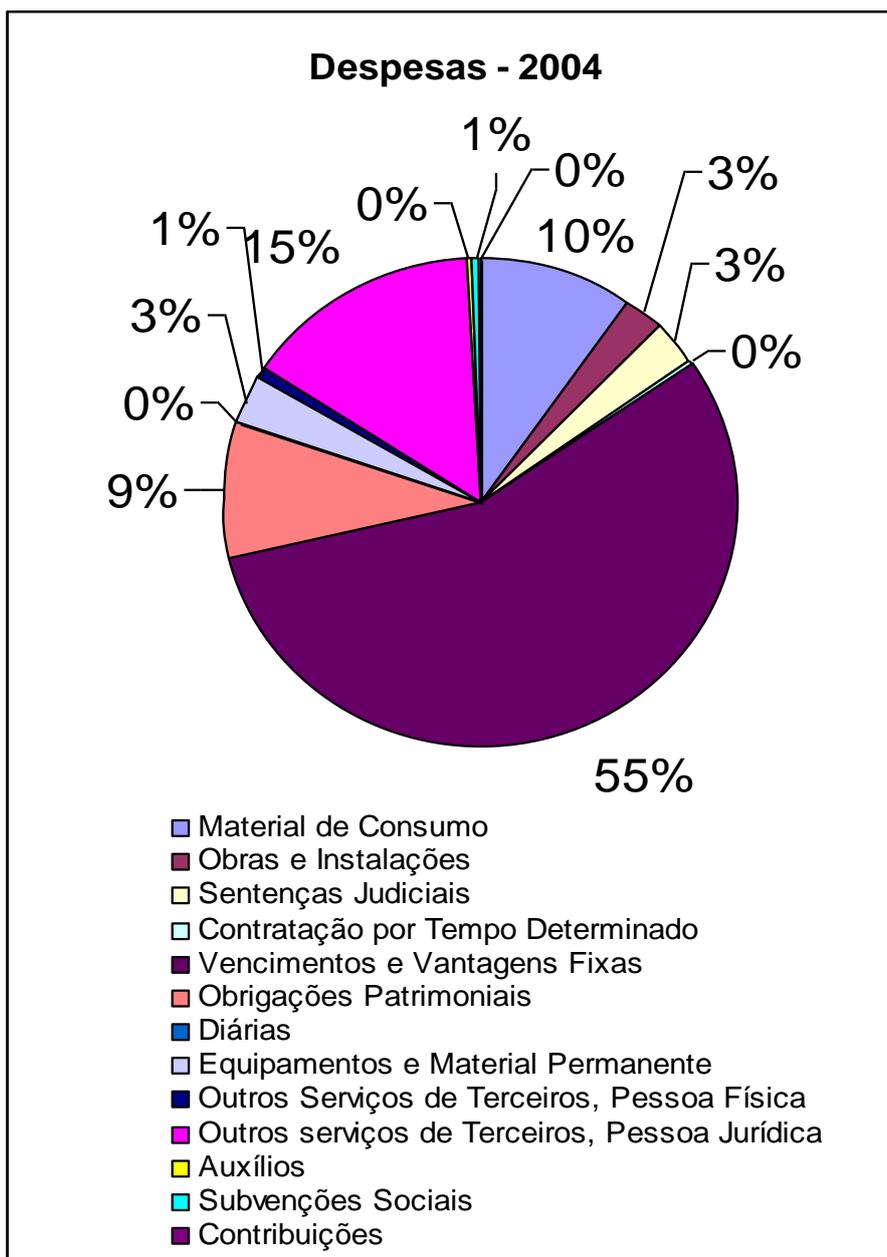
DESPESAS	VALOR R\$
Contribuições	1.612,92
Material de consumo	415.030,78
Obrigações patrimoniais	117.985,73
Despesas variáveis	7.911,87
Contratação por tempo determinado	342.485,86
Outros serviços de terceiros, pessoa jurídica	199.015,08
Passagens e despesas com locomoção	1.406,00
Outros serviços de terceiros, pessoa física	447.377,55
Equipamentos e material permanente	8.783,30
Obras e instalações	132.575,56
Salário família	9.398,91
Vencimentos e vantagens fixas	1.607.388,70
TOTAL	3.290.972,10

Despesas -2002



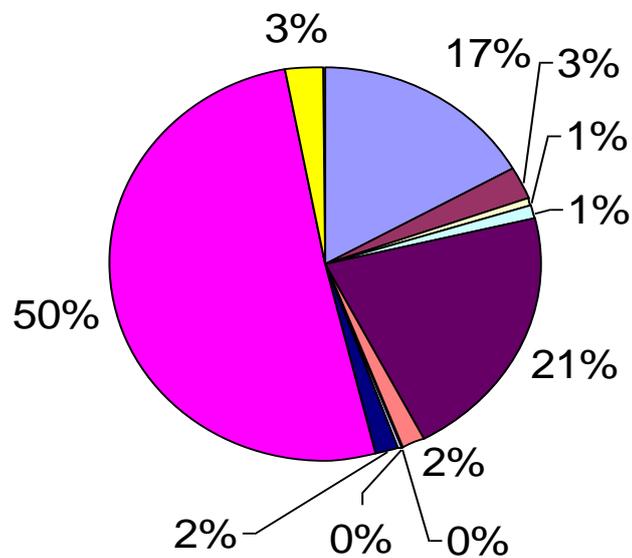
- Contribuições
- Material de Consumo
- Obrigações Patrimoniais
- Despesas Variáveis
- Contratação por Tempo Determinado
- Outros serviços de Terceiros, Pessoa Jurídica
- Passagens e Despesas com Locomoção
- Outros Serviços de Terceiros, Pessoa Física
- Equipamentos e Material Permanente
- Obras e Instalações
- Salário Família
- Vencimentos e Vantagens Fixas

DESPESAS	VALOR R\$
Material de consumo	346.967,66
Equipamentos e material permanente	117.070,49
Obras e instalações	87.859,04
Vencimentos e vantagens fixas	1.840.175,11
Obrigações patrimoniais	222.983,13
Contratação por tempo determinado	126.950,80
Outros serviços de terceiros, pessoa física	245.651,15
Outros serviços de terceiros, pessoa jurídica	494.084,61
Subvenções sociais	19.360,00
Outras despesas variáveis, pessoal civil	722,35
Contribuições	5.871,04
Auxílios	4.340,00
Diárias	1.583,00
TOTAL	3.513.618,38



DESPESAS	VALOR R\$
Material de consumo	436.153,56
Obras e instalações	120.531,16
Sentenças judiciais	165.000,00
Contratação por tempo determinado	9.809,56
Vencimentos e vantagens fixas	2.515.719,72
Obrigações patrimoniais	406.203,08
Diárias	1.475,00
Equipamentos e material permanente	131.202,19
Outros serviços de terceiros, pessoa física	48.300,46
Outros serviços de terceiros, pessoa jurídica	676.687,98
Auxílios	2.999,99
Subvenções sociais	28.999,99
Contribuições	542,89
TOTAL	4.513.697,59

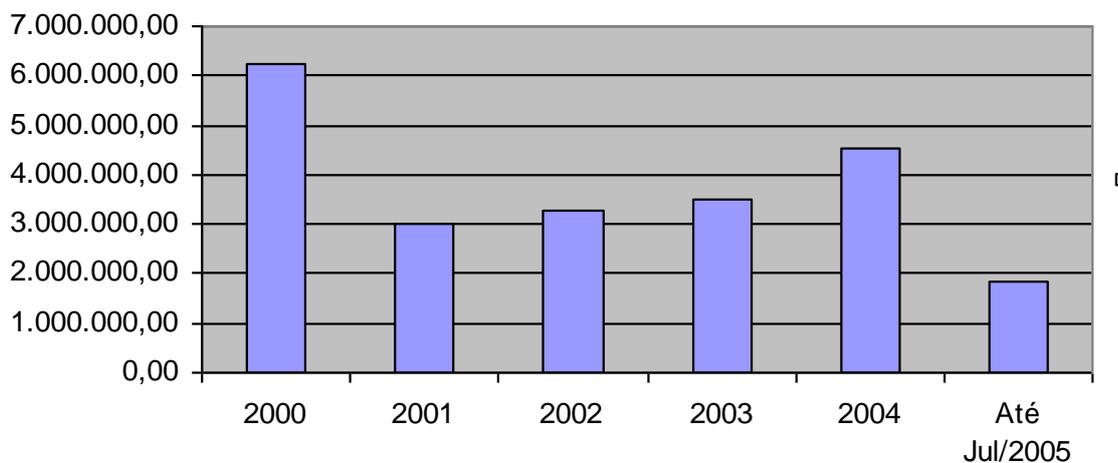
Despesas - Primeiro Semestre de 2005



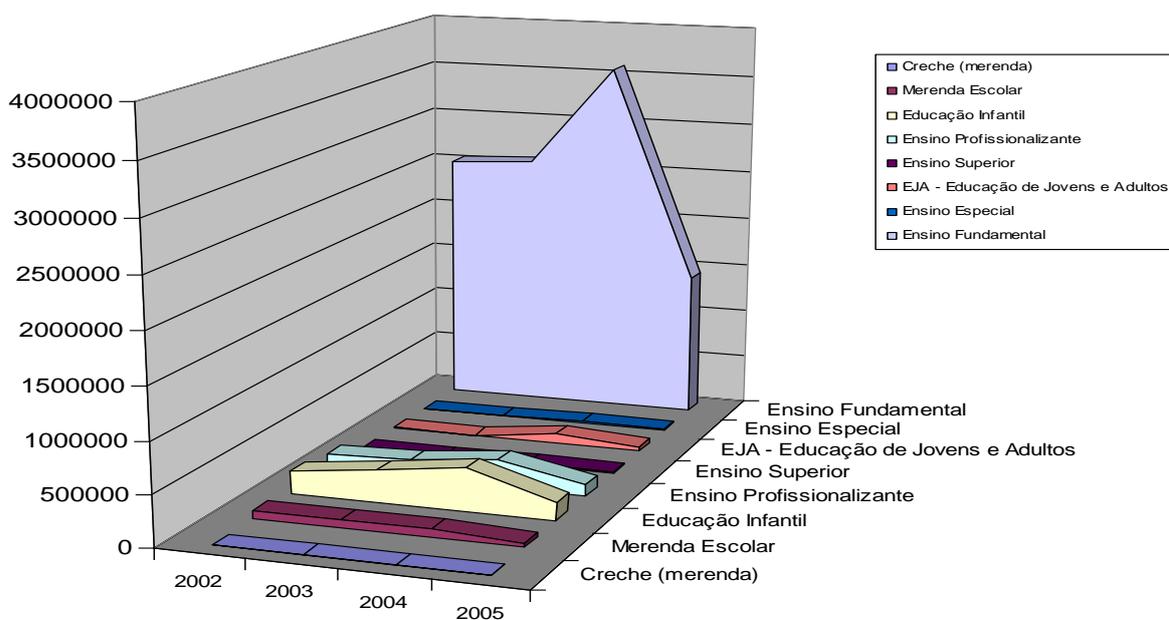
- Material de Consumo
- Obras e Instalações
- Contribuições
- Outros Serviços de Terceiros, Pessoa Física
- Outros serviços de Terceiros, Pessoa Jurídica
- Indenizações e Restituições
- Contratação por Tempo Determinado
- Diárias
- Equipamentos e Material Permanente
- Vencimentos e Vantagens Fixas
- Obrigações Patrimoniais

DESPESAS	VALOR R\$
Materiais de consumo	308.239,48
Obras e instalações	49.937,27
Contribuições	14.000,00
Outros serviços de terceiros, pessoa física	20.586,60
Outros serviços de terceiros, pessoa jurídica	382.773,21
Indenizações e restituições	29.867,10
Contratação por tempo determinado	4.370,00
Diárias	3.560,00
Equipamentos e material permanente	31.115,50
Vencimentos e vantagens fixas	932.362,55
Obrigações patrimoniais	51.807,84
TOTAL	1.828.619,55

Despesas com Educação em Carandaí



Investimento em Áreas da Educação



	2002	2003	2004	2005
Creche (merenda)	0	0	563,13	1.263,91
Merenda Escolar	81.210,87	78.192,16	85.763,05	38.450,86
Educação Infantil	225.237,37	327.278,23	429.101,02	174.719,49
Ensino Profissionalizante	171.747,83	192.385,16	277.320,73	113.160,90
Ensino Superior	8.912,59	5.871,04	13.887,31	4.968,80
EJA - Educação de Jovens e Adultos	10.772,00	0,00	96.648,75	42.671,88
Ensino Especial	0,00	2.000,00	12.000,00	14.000,00
Ensino Fundamental	2.532.753,10	2.578.230,49	3.587.674,92	1.439.383,71

Sobre a Abertura de Novas Escolas

- Gastos na construção de novos prédios.
- Aumento do número de contratos com funcionários.
- Não há redução considerável do gasto com transporte escolar.
- Dificuldade em equipar as escolas adequadamente.

Sobre a Capacitação dos Funcionários

- Cursos remunerados ou não?
- Dificuldade em conseguir frequência se não houver remuneração.

Sobre Atividades Diferenciadas Ligadas à Educação

Sugestão:

Construção de uma escola pólo que abrigue laboratórios de informática, química, física, biologia além de oficinas de artesanato e teatro.

Sobre propostas que contradizem as leis vigentes

- Calendário de 180 dias letivo.
- Turmas homogêneas.
- Número de alunos por turma.
- Uniformes gratuitos.
- .Remédios para os alunos

Lembrem-se:

“Qualquer aumento de despesa sem aumento de receita acarreta necessariamente que gastos que são feitos hoje deixem de existir no futuro.”

III- MECANISMOS DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PDME

O Plano Decenal Municipal de Educação de Carandaí/MG durante todo o período de sua execução e desenvolvimento será acompanhado e avaliado por uma Comissão Executiva sob a coordenação da Supervisora do Departamento Municipal de Educação.

A Comissão Executiva será composta por:

- 02 técnicos/pedagogos do DME
- 01 técnico/pedagogo da SRE
- 01 representante do Poder Legislativo;
- 01 representante da Rede Municipal de Ensino;
- 01 representante da Rede Estadual de Ensino;
- 01 representante da Rede Particular de Ensino;
- 01 representante do Sindicato dos Servidores Municipais.

A comissão executiva terá como objetivos e tarefas:

- organizar o sistema de acompanhamento e controle da execução do PMDE, estabelecendo, inclusive, os instrumentos específicos para avaliação contínua e sistemáticas das metas previstas;
- realizar avaliação ao final de cada ano, com o envolvimento de todos os segmentos das escolas e comunidade escolar;
- realizar audiências públicas anuais para prestar contas da execução do PMDE à comunidade escolar, à Câmara de Vereadores e à Sociedade em geral;
- analisar os resultados obtidos nas avaliações e comparar com os objetivos e metas propostos no PMDE, identificando pontos de estrangulamento e propondo ações para correção de rumos;
- encaminhar à SRE e ao Prefeito Municipal, ao final de cada ano, relatório sobre a execução do PMDE, contendo análise das metas alcançadas e os problemas evidenciados com as devidas propostas de solução.
- Ao final de cada ano o Departamento Municipal de Educação convocará a equipe de coordenação do Plano Municipal Decenal de Educação, diretores, coordenadores dos estabelecimentos públicos, os coordenadores de cada câmara setorial e o representante dos

parceiros das escolas para uma reunião que acontecerá sempre na última semana do mês de novembro para a avaliação das ações propostas.

IV - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**, 11ª edição. Brasília, 1989.

BRASIL, **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**. Jomtien, Tailândia, 1990.

BRASIL, **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394, Brasília, 1996.

BRASIL, **Plano Nacional de Educação**. Lei nº 10172 de 09/01/2001.

BRASIL, **Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação Infantil** - Brasília, 2000

BRASIL, **Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental** - Brasília, 2000

BRASIL/CNE/CEB. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental**, Parecer Nº 04/98, Brasília, 1998.

BRASIL/CNE/CEB. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental**, Resolução Nº 02/98, Brasília, 1998.

BRASIL/CNE/CEB. **Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio**, parecer Nº 15/98, Brasília, 1998.

BRASIL/CNE/CEB. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**, Resolução Nº 03/98, Brasília, 1998.

BRASIL/CNE/CEB. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica** Resolução Nº 02/01, Brasília, 2001.

BRASIL/CNE/CEB. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica** Parecer Nº 17/01, Brasília, 2001.

BRASIL/CNE/CEB. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e E Adultos**. Parecer Nº 11/00, Brasília, 2000.

CARANDAÍ, **Lei Orgânica do Município**.

CARANDAÍ, Banco de Dados do Departamento Municipal de Educação, 2005.

DEMO. Pedro. **A Nova LDB: Rarços e Avanços**. 6ª Edição, Campinas, SP. Papirus, 1997.

Depoimentos escritos das senhoras Noeme Calvário Baeta de Oliveira, Maria Aparecida Pinto Lourenço, Nair Cassemira do Nascimento, Maria da Conceição Armentano Lima.

MINAS GERAIS. **Atlas Educacional de Minas Gerais**, Fundação João Pinheiro, 2005.

MINAS GERAIS. **Constituição do Estado de Minas Gerais**. Minas Gerais, 1989.

V- EQUIPE DE ELABORAÇÃO

Comissão Municipal de Educação

Câmara de Educação Infantil

Câmara de Ensino Fundamental

Câmara de Ensino Médio

Câmara de Ensino Profissionalizante

Câmara de Educação de Jovens e Adultos

Câmara de Educação Especial

Câmara de Ensino Superior

Câmara de Valorização do Magistério

Câmara de Financiamento e Gestão

VI- EQUIPE DE REDAÇÃO

COMISSÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO